

ALTERNATIVAS SOLIDARIAS

A REVOLUÇÃO SILENCIOSA



ApaeB: **associativismo** de mais de 50 anos entre municípios e trabalhadores na Bahia

Uma **Transição Solidária** para a Educação e **saídas agrocológicas** para o saneamento com o coletivo Sapiência Ambiental

Conhecendo a pioneira Stein Haus: **cerveja agrocológica e orgânica** da Coopernatural

ECOFEMINISMO E ECONOMIA FEMINISTA: TRANSIÇÕES URGENTES PARA SALVAR A HUMANIDADE!



Práticas feministas como alternativas sistêmicas parecem questões atuais, mas fazem parte de um conjunto de experiências anteriores ao Capitalismo, e que, poderão também ajudar a superá-lo



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO

A Revista Alternativas Solidárias é uma publicação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. Edição: **Guilherme Prado**. Diagramação: **Vitor Hugo Xavier**. Impressão: **Ricardo Nery Martins** indústria gráfica Eireli CNPJ 94.970.324/0001-04. Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Eliseos, São Paulo/SP - Brasil - CEP: 01202-002. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br fundacao@laurocampos.org.br - facebook.com/laurocampos Tiragem: 8 mil exemplares.

TEORIZANDO OUTRAS ECONOMIAS

ECOFEMINISMO E ECONOMIA FEMINISTA PARA TECER A SUSTENTABILIDADE DA VIDA _____ 3

Miriam Nobre

CRIANDO ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO, BENS COMUNS E ESTADO

POR UMA EDUCAÇÃO SOLIDÁRIA E AUTOGESTIONÁRIA _____ 10

Alcielle dos Santos

PLANTANDO AGROECOLOGIA, COSTURANDO REDES E PROJETOS

APAEB VALENTE: UMA CAMINHADA DE LUTA E RESISTÊNCIA _____ 15

Ismael Ferreira de Oliveira

MÃO NA MASSA - A UTOPIA DO AGORA

STEIN HAUS: A CERVEJA ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA DA COOPERNATURAL _____ 21

Daniel Keppler

O BEM VIVER EM COMUNIDADE

TECNOLOGIA SOCIAL, SANEAMENTO ECOLÓGICO E AS PRÁTICAS DO COLETIVO SAPIÊNCIA AMBIENTAL _____ 27

Rafael Martese Privato

E D I T O R I A L



A PERSISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO AO SISTEMA ECONÔMICO IMPOSITIVO

O sistema capitalista nos impõe uma forma de convivência, que parece óbvia, de produção e reprodução da vida, fazendo funcionar mecanismos aparentemente lógicos que, diante da alienação atroz da rotina dos mecanismos sociais e políticos, faz parecer coisa normal as formas de obtenção dos recursos naturais e do comércio na sociedade.

No entanto, essas formas devem ser desafiadas e aprimoradas a cada dia com conhecimento e com práticas desafiadoras de novas formas de relação das pessoas com as coisas, principalmente nas novas formas de relação da pessoa com a própria natureza.

Por isso, a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco apoia as iniciativas desafiadoras de uma nova forma de vida, que na prática demonstram que é possível construir um novo modelo de vida apesar do sistema desumano que vivemos, imposto pelo modelo capitalista.

Assim apresentamos a quarta edição da nossa revista Alternativas Solidárias - A Revolução Silenciosa. Na sua abertura, temos um artigo de Miriam Nobre, que nos apresenta o ecofeminismo e a economia feminista, não apenas em seus conceitos mas também

expondo na prática a atuação de coletivos feministas. Também temos a contribuição de Alcielle dos Santos, com um importante texto sobre um projeto de desenvolvimento autogestionário para a educação. Por sua vez, Ismael Ferreira de Oliveira nos apresenta a história da Apaeb Valente, empreendimento que ajuda a gerar renda à comunidade a partir do sisal, sobretudo.

Ainda temos na revista uma ótima entrevista com Ricardo Fritsch, que nos falou um pouco sobre a Coopernatural e a história da Stein Haus, a primeira marca agroecológica de cerveja orgânica do país. E finalizando a edição, Rafael Martese nos fala sobre a Sapiência Ambiental, um projeto que há seis anos utiliza da tecnologia social e do saneamento ecológico para levar esses direitos básicos às vidas de comunidades inteiras.

O nosso desafio é que essas experiências sejam afloradas a cada momento com incentivos reais teóricos e práticos na vivência e construção de nova forma de relação com a natureza, integrando-se a ela e não a destruindo, como se faz no modelo capitalista.

Queremos preservar a natureza e destruir o sistema capitalista que mata, destrói e corrompe. Queremos construir algo novo, rumo ao socialismo e liberdade.

Francisvaldo Mendes de Souza

Presidente Fundação Lauro Campos e Marielle Franco



ECOFEMINISMO E ECONOMIA FEMINISTA PARA TECER A SUSTENTABILIDADE DA VIDA

O ecofeminismo nasceu antes do surgimento do próprio termo. E isso se deve a um motivo simples: a História sempre contou com mulheres de luta em suas páginas, que não aceitavam as imposições e amarras da sociedade. Algumas foram líderes de suas comunidades, outras lideraram revoluções. E hoje, o desafio que se coloca é aliar essa luta a outra, tão importante quanto: a defesa do meio ambiente e a busca por uma economia justa, para além das mazelas do capitalismo. Neste texto, Miriam Nobre apresenta princípios do ecofeminismo e da economia feminista, seguidos por sua concretização em práticas coletivas de mulheres agroecológicas

Mulheres que se afirmam como sujeitos coletivos, lutam contra a opressão e concomitantemente afirmam uma relação harmoniosa com a natureza, existem desde muito tempo. Quilombos liderados por mulheres, por exemplo, constituíam-se em espaços de liberdade ao mesmo tempo em que seu plantio diverso voltado para o autoconsumo fazia frente à monocultura da cana que esgotava o solo e as pessoas.

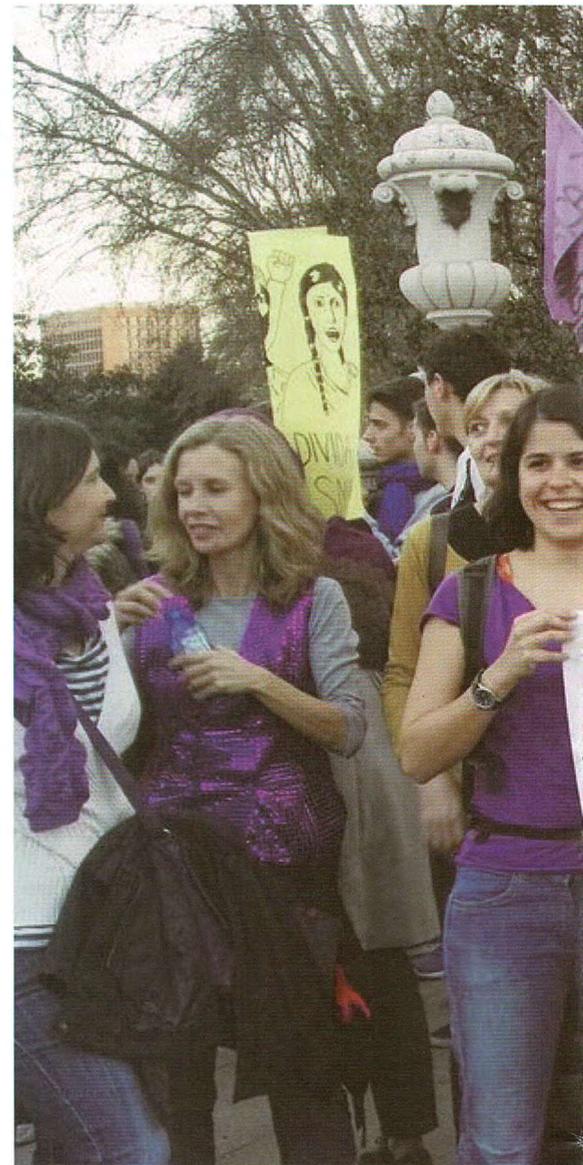
Como diz o belo conto de Eduardo Galeano (2015), as mulheres escravizadas no Suriname antes de escapar enchiam a cabeleira de sementes de milho, feijão, abóbora e chegando nos refúgios dentro da mata “sacodem a cabeça e fecundam, assim, a terra livre”.

O termo “ecofeminista” em foi publicado pela primeira vez pela feminista francesa Françoise D’Eaubonne em 1974 (Siliprandi, 2015). A relação entre o feminismo e o ambientalismo se dava no âmbito das lutas de feministas pacifistas contra a energia nuclear e o militarismo. Esta corrente feminista com trajetórias diversas pontuou debates dentro do movimento ambientalista, mas também do feminismo. Um exemplo é a contestação de vertentes neomalthusianas que consideram o aumento populacional, em especial entre mulheres pobres do sul, como pressão sobre os recursos naturais.

As ecofeministas questionam o olhar sobre a natureza como recurso e denunciavam que sua destruição deriva de um consumo excessivo pelos países do norte e elites do sul global. Frente ao controle da natalidade imposto, chegando à violenta esterilização em massa de mulheres pobres e indígenas no Peru durante a ditadura de Fujimori, elas afirmam os direitos reprodutivos das mulheres e o uso de métodos contraceptivos com seu pleno conhecimento e controle.

Do ponto de vista epistemológico, sua contribuição é o questionamento da separação entre natureza e cultura, e a ideia de superioridade da cultura, que caracterizam o pensamento e a ciência ocidental. Nós seres humanos também somos natureza. Natureza e sociedade evoluíram e evoluem de forma conjunta (co-evolução). Exemplo disto é que nos territórios de comunidades tradicionais, inclusive nos caminhos por onde transitam, existe uma grande diversidade de plantas e animais, ou seja, constituem uma socio-

**O termo
“ecofeminista”
em foi publicado
pela primeira vez
pela feminista
francesa
Françoise
D’Eaubonne em
1974 (Siliprandi,
2015). A
relação entre o
feminismo e o
ambientalismo
se dava no
âmbito das lutas
de feministas
pacifistas contra
a energia nuclear
e o militarismo**



biodiversidade. Além do mais, há uma correspondência entre as necessidades alimentares de nosso corpo e os ciclos das plantas. A ideia de que a humanidade e sua cultura são superiores à natureza justifica violências, como os desmatamentos e monoculturas, que têm a mesma motivação que a violência contra as mulheres.

Esta associação aparece nos escritos do filósofo Francis Bacon que, no final do século XVI, instaura as bases da ciência moderna descrevendo a natureza como uma mulher cujos segredos têm que ser arrancados mediante tortura. Neste mesmo momento histórico, mulheres conhecedoras das ervas e seus usos, que acompanhavam outras mulheres em partos e abortos, eram julgadas nos tribunais da Inquisição e queimadas como bruxas. A imposição de uma lógica mecanicista na ciência demandou a derrota das mulheres que vivenciavam relações complexas com a natureza (Frederici, 2017).

Por esta razão o ecofeminismo manifestou sua crítica a vertentes feministas movidas pela inclusão das mulheres na sociedade e na economia tal como estão



estruturadas (feminismo liberal), com demandas como a entrada das mulheres nas forças armadas, o acesso das agricultoras às tecnologias da chamada revolução verde (ver página 6) ou sua integração nos postos de comando de corporações transnacionais. Também questionou setores do movimento que apostaram em tecnologias desconectadas da natureza para liberar o tempo das mulheres dedicado ao trabalho doméstico (como o uso de comida rápida e ultraprocessada), ou que consideram o corpo e as fases da vida como um constrangimento (uso de supressores da menstruação ou adição de hormônios na menopausa).

No entanto, vertentes do ecofeminismo que defendem a existência de uma essência feminina, associada à maternidade biológica, têm sido questionadas por ocultar diferenças e desigualdades entre mulheres, por considerar a oposição masculino/feminino característica das sociedades ocidentais como universal e a-histórica, por dar justificativa à responsabilização exclusiva das mulheres e no âmbito privado pelos cuidados.

Aquelas vertentes nomeadas de cons-

trutivistas pela filósofa feminista Alicia Puleo (2012) têm maior diálogo e mesmo inserção em movimentos sociais, e contribuem fortemente para uma crítica à ideia de desenvolvimento e os projetos de desenvolvimento impostos ao sul global. A física indiana Vandana Shiva expressa este debate desde seus relatos sobre o Movimento Chipko, de camponesas indianas que abraçaram árvores para impedir sua derrubada, como os embates que famílias seringueiras realizaram no Acre nos anos 1980 no mesmo período, além de criticar a chamada revolução verde, onde os manejos tradicionais perderam espaço para a tecnologia na produção, com a participação de grandes corporações, causando endividamento, perda de terras pelos camponeses, expansão de monoculturas, perda de biodiversidade, contaminação de água e solos, e mesmo a fome que supostamente iria combater.

Estes sistemas supostamente superam as incertezas da natureza, mas a única certeza que de fato podem dar é a concentração de poder e o controle nas mãos de corporações transnacionais.

ECONOMIA FEMINISTA

No final dos anos 1990, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial impunham mundo afora políticas de ajuste estrutural para manter o pagamento da dívida pública e seus juros escorchantes. O neoliberalismo sustentava estas políticas, argumentando que o mercado poderia prover estes serviços melhor do que o Estado.

Parte do movimento feminista se posicionava contra estas políticas, denunciando que a redução dos índices de desigualdade entre homens e mulheres não poderia se dar pela piora da situação dos homens, nem pelo acesso das mulheres à remuneração por meio de trabalhos precários e sem direitos. Mas é o que ocorria nas chamadas maquiladoras, empresas latino-americanas que apenas juntam peças produzidas em outros países, outras empresas ou mesmo domicílios só maquiando o produto final, ou sweatshops na Ásia, literalmente fábricas movidas a suor.

Foi neste contexto que nós da SOF (Sempreviva Organização Feminista) co-

nhecemos a REMTE (Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía) (Faria e Moreno, 2015). Com elas buscamos entender como o neoliberalismo e as políticas de ajuste estrutural se asentavam no patriarcado, para aumentar a exploração do trabalho das mulheres e transferir custos das empresas e do Estado para as mulheres em seus domicílios. Quando uma empresa fecha o refeitório alegando reduzir custos, as pessoas trabalhadoras não deixam de comer, mas trazem comida feita em casa, muito provavelmente por sua companheira ou mãe. Quando o Estado corta recursos que mantém creches, as crianças não deixam de necessitar material de higiene ou brinquedos que serão comprados muito provavelmente com recursos mobilizados por mães e avós em bingos e quermesses. A proposta era construir uma análise que fosse além dos impactos diferenciados para homens e mulheres destas políticas, mas entender como se entrelaçam construções de gênero, classe e raça na sustentação do capitalismo nesta fase de acumulação.

A economia feminista foi então a ferramenta analítica que passamos a usar com leitura coletiva de livro organizado pela economista chilena Cristina Carrasco (1999) e a organização da Rede Economia e Feminismo com agenda de diálogo e ação na economia solidária, agroecologia e trabalho, além de artigos que apresentavam uma visão articulada entre produção (produção de bens e serviços que circulam no mercado ou por meio do Estado) e a reprodução (produção das pessoas, da relação entre elas e entre gerações e da natureza).

No entendimento da sociedade e da economia capitalista destacamos a separação entre produção e reprodução, inclusive espacialmente na fábrica e na casa; a atribuição prioritária dos homens à produção e das mulheres, à reprodução; e a hierarquia: as lógicas e tempos da produção organizam a vida e são considerados mais importantes ou determinantes do que a reprodução. No entanto, este exercício didático pode esconder alguns fatos, como o de que mulheres negras e pobres sempre trabalharam e nunca se restringiram ao cuidado de sua família; ou que a casa pode ser um local de produção, como no trabalho em domicílio; ou que há outras

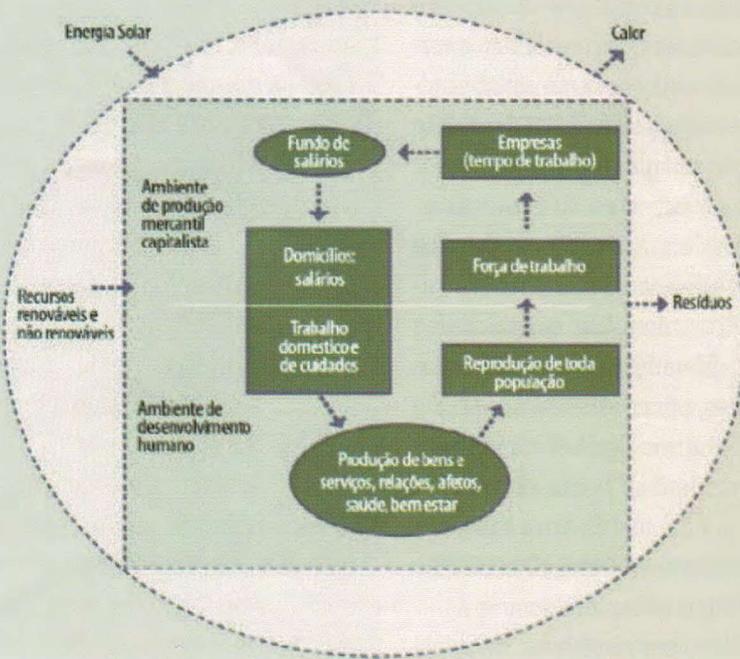
No entanto, este exercício didático pode esconder alguns fatos, como o de que mulheres negras e pobres sempre trabalharam e nunca se restringiram ao cuidado de sua família; ou que a casa pode ser um local de produção, como no trabalho em domicílio; ou que há outras formas de organização econômica, como o campesinato ou as comunidades tradicionais, em que as fronteiras entre produção e reprodução são muito mais fluídas

formas de organização econômica, como o campesinato ou as comunidades tradicionais, em que as fronteiras entre produção e reprodução são muito mais fluídas. Para além disto, o que estas autoras nos chamam a atenção é que mesmo no sistema capitalista não existe produção sem reprodução social da vida e que nossa atenção deve voltar-se para os nexos entre elas.

Com a percepção voltada para a vida,

(nos) compreendemos como interdependentes e ecodependentes (Herrero, 2020). Nós, seres humanos, necessitamos de cuidados em alguma etapa de nossas vidas – quando somos crianças, quando estamos doentes ou no avançar da idade, quando diminuem nossas capacidades motoras ou intelectuais. Também somos intrinsecamente seres relacionais. Precisamos de segurança emocional e

Gráfico: Um enfoque macroeconômico das condições de vida
Elaboração de Cristina Carrasco a partir de Antonela Picchio



afeto para desenvolver nossa autoconfiança e nossas habilidades de interação com outras pessoas e seres. A fim de nos tornarmos seres humanos autônomos, nós sempre necessitamos de cuidado.

A sociedade capitalista, patriarcal e racista se baseia na distribuição desigual dos cuidados. Em geral, as mulheres cuidam mais do que os homens. As mulheres negras, indígenas e migrantes cuidam mais ainda. Esta imposição é velada, pela naturalização das habilidades desenvolvidas pelas mulheres ao longo de sua socialização como mulheres para estarem atentas ao cuidado do outro e pela ideologia da maternidade como destino.

Somos natureza e dela provém alimento, abrigo, energia, minerais que necessitamos para responder às necessidades básicas que temos. Da mesma forma, nesta sociedade a distribuição desigual do acesso à natureza se manifesta pela propriedade privada que impede trabalhadoras sem terra de produzir alimentos e que aloja resíduos tóxicos em comunidades racializadas e pobres.

Sendo assim, a economia feminista destaca que a contradição do capital vai além do trabalho e se constitui em um conflito capital X vida (SOF e XXX, 2021). A preca-

riedade e as incertezas marcam a vida da maioria das pessoas que se tornam descartáveis mediante a superexploração no trabalho, a violência policial ou o descaso com a saúde pública. Enquanto a vida de pessoas em posição de privilégio – homens, burgueses, brancos, adultos e heterossexuais – drena recursos materiais, afetivos e simbólicos.

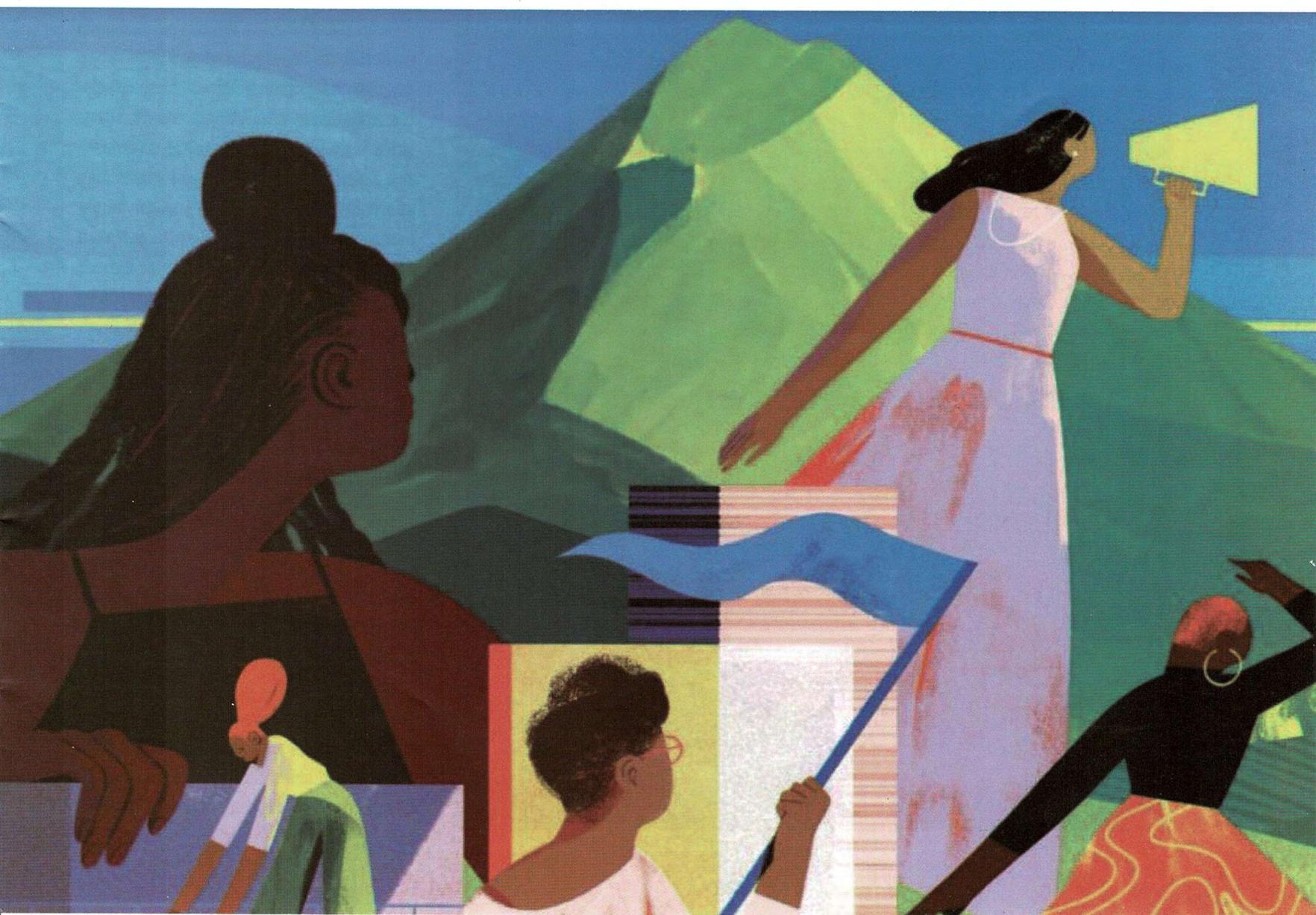
A organização econômica desta fase do capital se entrelaça com o conservadorismo moral e político. As inovações tecnológicas vão no sentido de maior controle da vida pelas corporações transnacionais. Os aplicativos de entrega, fazem com que as pessoas permaneçam disponíveis para o trabalho em extensas jornadas. As redes sociais fazem com que as pessoas permaneçam disponíveis para os dispositivos (aparelhos celulares, tablets, computadores) em tempo quase integral.

DIÁLOGOS ENTRE ECOFEMINISMO E ECONOMIA FEMINISTA EM PRÁTICAS COLETIVAS

Várias iniciativas articulam a economia feminista e o ecofeminismo atualmente. Citaremos três exemplos que se inserem na atuação do Grupo de Trabalho de Mulhe-

res da Articulação Nacional de Agroecologia (GT de mulheres da ANA). O GT, criado em 2004, reúne agricultoras, técnicas, pesquisadoras, servidoras públicas e de ONGs, mulheres organizadas em movimentos mistos (onde participam mulheres e homens) e autônomos (onde participam mulheres). A SOF participa do GT desde sua criação e com muitas das companheiras que o compõem compartilham atuação na REF Rede Economia e Feminismo e na Marcha Mundial das Mulheres. Já foram realizados processos nacionais de formação feminista, de sistematização de experiências agroecológica de mulheres, co-construção de políticas públicas e mobilizações várias.

As Cadernetas Agroecológicas são um instrumento político-pedagógico de registro do destino da produção pelas agricultoras: autoconsumo, doação, troca e venda. Este processo coordenado pelo GT de mulheres da ANA envolveu 299 agricultoras de todo o Brasil que fizeram o registro entre março de 2017 e fevereiro de 2018. A totalização dos valores anotados na Caderneta alcançou quase R\$ 1,5 milhão, sendo 40,2% de relações não mercantis (autoconsumo, doação e troca) usualmente invisíveis para a econo-



As Cadernetas Agroecológicas são um instrumento político-pedagógico de registro do destino da produção pelas agricultoras: autoconsumo, doação, troca e venda. Este processo coordenado pelo GT de mulheres da ANA envolveu 299 agricultoras de todo o Brasil que fizeram o registro entre março de 2017 e fevereiro de 2018. A totalização dos valores anotados na Caderneta alcançou quase R\$ 1,5 milhão

mia dominante.

Outro dado interessante é que mesmo nas vendas, as agricultoras participam de circuitos de comercialização de proximidade, que em sua maioria se organizam com base na reciprocidade e solidariedade e valorizam produtos considerados femininos e “miudezas”. 52% das agricultoras vendiam em casa, na maior parte das vezes para vizinhas, 49% participavam das compras governamentais (PAA, PNAE) e 39% participavam de feiras agroecológicas. No Sudeste o valor médio comercializado nas feiras agroecológicas (R\$ 638,84), cerca de 44% superior ao comercializado em feiras convencionais.

A relação com a dimensão ambiental se dá pela constatação da grande variedade de produtos anotados, como 627 tipos de alimentos vegetais, 138 de sementes e mudas e 133 de plantas medicinais e ervas aro-

máticas. Entre os vegetais também é grande a variedade. Na região Sudeste foram 37 tipos de frutas, entre elas 10 variedades de banana e 5 de laranja. (Weitzman e outras, 2021). A variedade dos cultivos das mulheres também foi representada em mapas da sociobiodiversidade que demonstraram os espaços de produção sobre sua responsabilidade ao redor da casa, os quintais, como espaços de experimentação.

A Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER Agroecologia realizada durante os governos populares envolveu mais de 55 mil famílias de agricultores. A construção desta política pública contou com intensa participação dos movimentos sociais, inclusive de feministas agroecológicas. Desta forma foi definido que o público deveria contemplar pelo menos 50% de mulheres, e pelo menos 30% dos recursos deveriam ser destinados a

atividades realizadas com mulheres. A caracterização da unidade de produção realizada junto com as famílias envolvia um exercício de registro dos usos do tempo pelos diferentes integrantes da família segundo sexo e idade e organizados em tempos de trabalho de mercado, de trabalho doméstico e de cuidados, de necessidades pessoais, de participação cidadã e lazer.

Durante a formação com as técnicas que executavam a ATER, ouvimos relatos de quão instigadora esta atividade havia sido. A reflexão realizada por técnicas, agricultoras e agricultores que nunca haviam participado de um debate feminista constatou desigualdades e injustiças. As mulheres são as primeiras que levantam, as últimas a irem se deitar e realizam uma série de atividades simultaneamente. Ainda assim, quando nós da SOF, utilizando o mesmo quadro, perguntamos quanto tempo uma agricultora dedicava ao cuidado dos filhos, ela respondeu que era todo o tempo. Mesmo dormindo ela estava pendente deles e podia levantar-se prontamente caso a chamassem. Por este motivo que economistas feministas se referem ao cuidado como uma disponibilidade permanente das mulheres em relação ao outro.

Pesquisa dos usos do tempo realizada no Sertão do Pajeú junto a mulheres rurais também identificou a dificuldade em registrar a simultaneidade das tarefas e em classificá-las (Moraes e outras, 2020). Uma visita à vizinha poderia ser considerada uma atividade de lazer. No entanto, elas perceberam que as visitas aconteciam porque a agricultora se preocupava com o risco de depressão de sua vizinha, o que elas consideraram muito mais próximo a uma atividade de cuidado e a uma obrigação moral.

Por outro lado, muitas vezes as agricultoras estão na horta, na agrofloresta trabalhando, experimentando, observando e desfrutando há um só tempo. Os tempos da natureza, a estação de seca e de chuva, os ciclos das plantas demandam mais ou menos atenção e cuidado que se combinam com os tempos das relações. Como nos contou Aparecida XX agricultora da Barra do Turvo: ela cuida da planta e a planta cuida dela.

A dimensão do cuidado se evidenciou durante a pandemia. Memórias sistematizadas nas regiões Nordeste e Sudeste demonstram como as redes de agricultoras



fortaleceram e criaram alianças com coletivos de pessoas trabalhadoras na cidade na compra de alimentos agroecológicos (Nobre, 2021). Muitos destes coletivos ampliaram suas ações ou se organizaram em torno à solidariedade com pessoas em situação de vulnerabilidade, como indígenas guarani, estudantes privados de alimentação escolar ou mães solo, além de terem mantido canais de comercialização quando outros foram interrompidos. Alguns coletivos envolveram a reflexão sobre a alimentação, recuperando sabores e texturas perdidos devido à imposição de padrões alimentares homogêneos e controlados por corporações transnacionais. Comer foi sendo vivenciado como cuidado à saúde, aumento da imunidade e um ato político.

As redes de agricultoras rurais ou urbanas funcionaram como acolhimento e es-

A dimensão do cuidado se evidenciou durante a pandemia. Memórias sistematizadas nas regiões Nordeste e Sudeste demonstram como as redes de agricultoras fortaleceram e criaram alianças com coletivos de pessoas trabalhadoras na cidade na compra de alimentos agroecológicos

cuta. Tantas demandas e tensões colocou para os grupos a importância do autocuidado e do cuidado coletivo. O GT de mulheres da Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro (AARJ), por exemplo, organizou cestas de alimentos, ervas medicinais e homeopatia popular entregues a 200 mulheres. Em muitas regiões, saberes ancestrais de plantas medicinais foram resgatados para tratar dos sintomas da Covid-19. Mulheres lideranças permaneceram atentas às pessoas necessitando de cuidados físicos e emocionais em seu entorno. Atentas também estiveram aos necessários cuidados ao território afetado por mudanças climáticas (seca, muita chuva, geadas) e ameaças de fazendeiros e empresas.

Estes processos coletivos de produção e distribuição de comida agroecológica reorganizam práticas econômicas e políticas. Desvelam que a natureza e os cuidados sustentam a vida e sua reprodução. Realizados majoritariamente por mulheres, muitas delas negras e indígenas, são trabalhos e conhecimentos desvalorizados e ocultados pelo capitalismo patriarcal e racista. O ecofeminismo e a economia feminista são como um tear para tessituras de memórias e (re)invenções.

Bibliografia

CARRASCO, CRISTINA. *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Ed. Icaria, 1999

FARIA, NALU E MORENO, RENATA (org.). *Las mujeres contra el libre comercio. Una historia de resistencia y lucha*. São Paulo: REMTE, 2015.

FREDERICI, SILVIA. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

GALEANO, EDUARDO. *Mulheres*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. LP&M, 2015.

HERRERO, YAYO. *Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário*. In SOF: Economia feminista e

ecológica. Resistências e retomadas de corpos e território. São Paulo: SOF, 2020.

MORAES, LORENA LIMA, PONTER, NICOLE, SIEBER, SHANA, FUNARI, JULIANA, NASCIMENTO, NATHÁLIA, MARQUES, PATRÍCIA. *Metodologias, trabalho uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais*. In Melo, Hildete Pereira de e Moraes, Lorena Lima de. *A arte de tecer o tempo. Perspectivas feministas*. Campinas: Pontes editores, 2020.

NOBRE, MIRIAM (org.). *Um meio tempo preparando outro tempo. Cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia*. São Paulo: SOF, 2021.

NOBRE, MIRIAM. *Gênero e autonomia econômica para as mulheres. Caderno de formação*. Brasília: Secretaria Nacional de Política para as Mulheres e ONU Mulheres, 2016.

PULEO, ALICIA. *Anjos do ecossistema?* In Faria, Nalu e Moreno, Tica (org.). *Análises feministas: outro olhar sobre economia e ecologia*. São Paulo: SOF, 2012.

SHIVA, VANDANA. *Abraçar a vida: mujer, ecología y supervivencia*. Madri: Ed. Horas y Horas, 1995

SILIPRANDI, EMMA. *Mulheres e Agroecologia. Transformando o campo, a floresta e as pessoas*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2015.

SOF e XXK. *Juntas e misturas: explorando territórios da economia feminista*. São Paulo/Bilbao: SOF e XXK, 2021. Disponível em https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Juntas-e-misturadas_V7.pdf

WEITZMAN, RODICA, SCHOTTZ, VANESSA E PACHECO, MARIA EMÍLIA. *Mulheres construindo a agroecologia: caminhos para a soberania e segurança alimentar e nutricional*. In Rody, Thalita; Telles, Liliam (org.). *Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas*. Viçosa: CTA-ZM, UFV, 2021. No prelo.



Miriam Nobre é Agrônoma, integrante da equipe da SOF Sempreviva Organização Feminista, da coordenação do GT de mulheres da ANA e da REF Rede Economia e Feminismo. Militante da Marcha Mundial das Mulheres.



POR UMA EDUCAÇÃO SOLIDÁRIA E AUTOGESTIONÁRIA

Quando discutimos alternativas sistêmicas, é comum, em consequência, discutirmos alternativas de e até ao desenvolvimento, centrando geralmente em questões econômicas. O contexto, porém, deve ser visto de forma mais ampla: tais mudanças não podem ser atingidas sem uma nova mentalidade, que virá por meio da educação. Quem aponta como alternativa um projeto de desenvolvimento autogestionário para educação é Alcielle dos Santos

Os desafios da escola da atualidade têm sido debatidos por todos os atores sociais nas mais diferentes instâncias. Isso se dá devido à falta de um projeto nacional consistente e articulado, que priorize a Educação com políticas públicas de amplo acesso e, simultaneamente, de atendimento da qualidade educacional. A ausência de tais políticas já promove danos sociais visíveis a todas as camadas sociais e, portanto, torna-se pauta de debate contínuo.

Por outro lado, apesar de ser pauta dos editoriais nacionais em todos os veículos de comunicação, a discussão de um projeto nacional de Educação ainda é vaga e, pode-se afirmar, secundária, pois também falta ao nosso país um projeto nacional de formação do cidadão brasileiro. Além disso, é urgente a ruptura com um modelo educacional que segue a atender ao capitalismo, e que condena qualquer avanço humanitário frente às mazelas que promove. Diante deste cenário e citando Paul Singer, em seu texto “A Eco-

nomia Solidária como Ato Pedagógico”, podemos afirmar que “a Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática”.

Orientados por esse entendimento, em novembro de 2020, já na conjuntura da pandemia da Covid-19, o Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista (FESBS) promoveu uma live com o título “Educação e Construção da Solidariedade Humana” e propôs às participantes, professoras Helena Singer e Maria Leite, a seguinte questão: como a educação pode contribuir para construir a solidariedade entre os seres humanos, inclusive envolvendo a família, em um sistema em que somos bombardeados diariamente para seguirmos um comportamento individualista, de competição?

Esta pergunta surgiu no FESBS, pois entendia-se como necessário educar para a solidariedade, e, para tanto, havia que se contestar um modelo de sociedade que incentiva o comportamento de consumidor e do empreendedor solitário

e competitivo, ou, ainda, que defende a meritocracia, a absurda crença de que basta esforço para se obter sucesso pleno, desconsiderando-se a desigualdade e a opressão do sistema capitalista.

Não obstante a esse desafio hercúleo, a live do FESBS buscou discutir um projeto nacional de “homo solidarius”, inspirando-se no revolucionário cubano Che Guevara, que, dentre seus escritos, propôs uma pedagogia para crianças e adultos fundamentada na construção desse homem solidário, o cidadão cubano que denominou como “Homem Novo”. Ou seja, o FESBS, como movimento, apontava que um projeto nacional de Educação precisa conciliar um projeto de homem e um projeto de sociedade, assim como não se pode visar à construção social de forma apartada da dimensão política e de pertencimento social a uma coletividade, uma nação.

O PAPEL DO ESTADO NA EDUCAÇÃO

Retomando o processo histórico educacional brasileiro no século XX, mais preci-

samente o período subsequente ao que foi denominado Revolução de 30, intelectuais brasileiros como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles, além de outros dezenove, lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação, texto que convocava o Estado Brasileiro a garantir a Educação Pública de forma ampla e equitativa. Esta defesa ensejou, na linha do tempo da educação brasileira (ver página 12), a inclusão do Artigo 205 na Constituição Federal de 1988 que veio a sedimentar a educação como direito de todos e dever do Estado, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

Outros dispositivos legais, no campo da Educação, também foram imprescindíveis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passou a zelar pelos direitos das crianças e adolescentes. Garantidos, o direito à Educação e os direitos humanos inegociáveis para crianças e adolescentes, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) também tiveram papel crucial, ao incluírem, no plano nacional, as juventudes, em sua diversidade, dando amplitude maior à questão do trabalho.

Tomando-se como ponto de partida para o projeto nacional de Educação a formação cidadã e a qualificação para o



trabalho, tem-se duas questões importantes a se destacar: a necessidade de uma formação política que possibilite o entendimento de mundo e a atuação consciente em sociedade, e a emancipação que se dá pelo trabalho. Assim, assume-se um projeto nacional de propósito educacional, mas ainda não se qualifica

a pessoa humana, os atores desse processo, considerando seus valores e um projeto humanista de sociedade.

Logo, a lacuna do âmbito da ética da sociedade brasileira permanece sem resposta: qual projeto nacional de Educação é necessário para de fato promover a emancipação, de forma colaborativa, de todos, estudantes e educadores, que compõem a escola?

Atentos a essa questão colocada em reflexão junto ao histórico educacional brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9.394/96, e o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, tiveram como missão legislar sobre o “como” buscar definir diretrizes nacionais de forma a qualificar a Educação brasileira. Esses dispositivos definiram critérios para o processo de ensino e aprendizagem e apresentaram escolhas didático-metodológicas, fazendo indicações para as escolas públicas e privadas. Em continuidade, e rompendo com a proposta de estabelecimento de “parâmetros nacionais”, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada como lei federal em 2017, passou a indicar “o que” e “como” construir as práticas pedagógicas da escola, adotando a metodologia de ensino por competências e habilidades.

Apesar de ser pauta dos editoriais nacionais em todos os veículos de comunicação, a discussão de um projeto nacional de Educação ainda é vaga e, pode-se afirmar, secundária, pois também falta ao nosso país um projeto nacional de formação do cidadão brasileiro. Além disso, é urgente a ruptura com um modelo educacional que segue a atender ao capitalismo

OS DESAFIOS RECENTES NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO BRASILEIRO

Neste cenário de muitas mudanças, de âmbito estrutural e pedagógico, e frente ao vexatório processo político recente, que incluiu um golpe jurídico parlamentar, o campo da Educação brasileira passou a ser composto por correntes de concepções políticas diversas e concorrentes. Disputas de interesse e de poder entre os atores e influenciadores da Educação nos âmbitos da formação e gestão pública têm produzido ainda mais complexidade. Assim, não se tem uma identidade de cidadão brasileiro, e, em decorrência, também não há um acordo da sociedade sobre que educação, qual projeto tem que ser construído e fortalecido nas escolas do país.

Não bastasse tudo isso, como ingrediente cruel, também a serviço da manutenção do status quo, a pauta de costumes invadiu o cenário da Educação, apontando, entre educadores e projetos de educação, vilões indecorosos que “desviam”, ou mesmo “deturpam”, valores familiares em plena sala de aula. Assim, desafiados por um currículo de formação inicial que não atende às necessidades de sala de aula, por falta de condições de trabalho que incluem salários precários e ausência de recursos em muitas das escolas em que atuam, os professores brasileiros se tornaram alvo de fundamentalistas. Já estes, passaram a ouvir camadas da sociedade

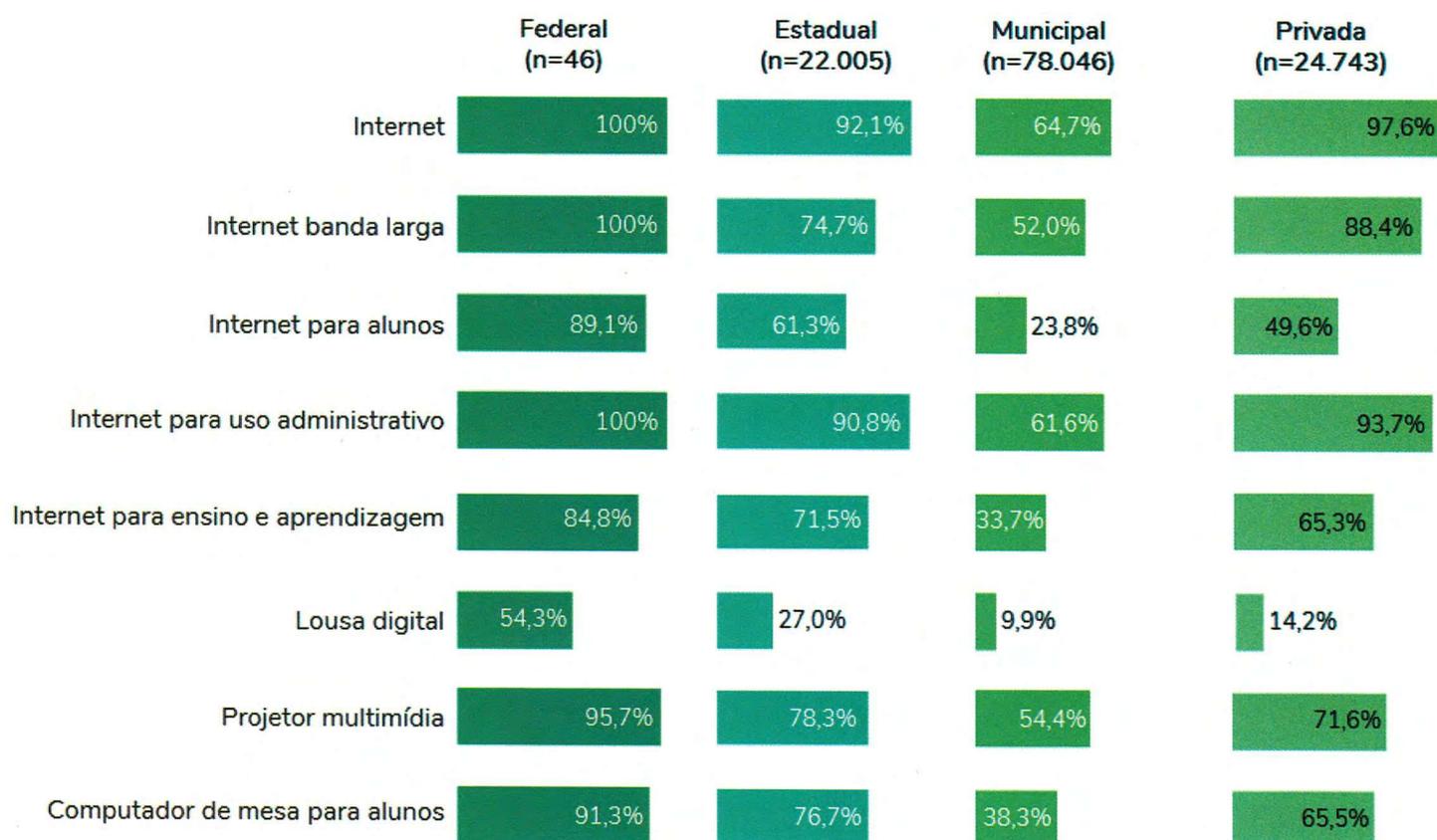
Neste cenário de muitas mudanças, de âmbito estrutural e pedagógico, e frente ao vexatório processo político recente, que incluiu um golpe jurídico parlamentar, o campo da Educação brasileira passou a ser composto por correntes de concepções políticas diversas e concorrentes

negligenciada pelo enfraquecimento dos movimentos de base, o que abriu avenidas para uma atuação tão nefasta à Educação que não se imaginaria possível.

Somando mais um desafio ao cenário atual, a Educação foi exposta à pandemia da Covid-19, sem o mínimo de preparação estrutural e humana, além da absoluta ausência de articulação nacional, via Ministério da Educação. O ensino emergencial remoto, acionado como opção pelas redes educacionais, requereu que os mesmos professores, sob os quais as mais insanas suspeitas foram levantadas, assumissem a responsabilidade de acessar seus alunos, fosse por meio digital, aplicativos de conversa por celular, ou mesmo de porta em porta. Da mesma forma, a estrutura nacional, que inclui até mesmo escolas sem banheiro e a maioria dos estudantes da Educação Básica sem acesso à Internet e a computadores (ver acima), teve que ser testada do fechamento ao ensino remoto, deste ao modelo híbrido (presencial + remoto) e, recentemente, frente à necessidade de reabertura, a uma onda acusatória, de perdas educacionais.

Testada ao limite e diante do aumento da evasão escolar que se soma a todos os desafios aqui enumerados, a Educação brasileira precisa resgatar-se como um projeto. E se tal projeto educacional visa a formar para a emancipação pelo trabalho, que trabalho estamos a defender? O tra-





balho explorado, precarizado e desumano serve à nossa sociedade? A Educação é o campo de mudança de chave, aquele que não pode desconsiderar o processo histórico de luta de classes, mas que, assumindo isso, precisa ser o espaço de diálogo e reconstrução nacional para uma nova cultura do trabalho, como menciona Cláudio Nascimento, em artigo em que apresenta uma pedagogia da autogestão.

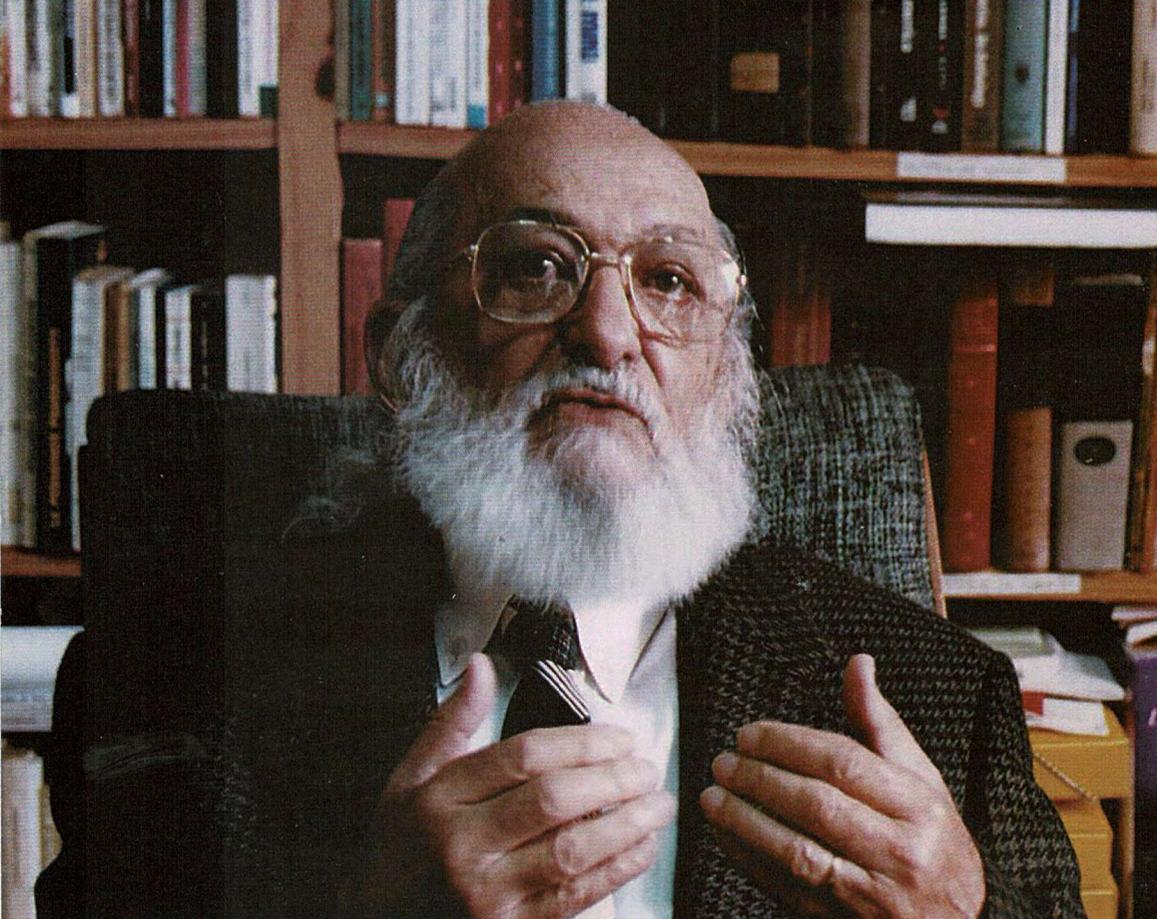
Como alternativa ao descaminho, o que se propõe é que o alicerce do projeto educacional brasileiro seja a educação para a solidariedade e para autogestão, que tenha a colaboração como valor. Ou seja, não basta uma proposta curricular, há que se ter um projeto humanista que oriente o currículo das escolas não apenas na dimensão do conhecimento, mas também para a transformação da sociedade. Os valores da Economia Solidária – autogestão, cooperação, democracia, solidariedade, respeito à natureza e valorização e promoção da dignidade do trabalho humano – assim como os princípios que a fundamentam, devem ser vistos como pilares de um projeto de educação humanista. A manutenção do modelo capitalista excludente que divide a sociedade em exploradores e explorados é o que orienta a não adoção de um projeto nacional que eduque, de fato, a população para a emancipação pelo conhecimento e pelo trabalho, para uma

vida cidadã plena.

Exemplo recente desse posicionamento político do Estado brasileiro se deu no veto à Economia Solidária no currículo das escolas, no texto final aprovado da Lei Paul Singer (Lei nº 17.587, de 26 de julho de 2021), que instituiu o Marco Regulatório Municipal da Economia Solidária na capital paulista. O veto à difusão dos princípios da Economia Solidária na Educação Básica, assim como do georreferenciamento de suas iniciativas, dificulta a criação de oportunidades de se romper

com o modelo hegemônico imposto na base da sociedade. Quando isso se dá em São Paulo-SP, tem-se a sinalização de qual deve ser a exigência dos movimentos sociais. “Tudo passa pela educação”, ensinamento do bairro educador de Heliópolis/São Paulo-SP, repassado pelo educador Braz Nogueira, liderança local que dirigiu a EMEF Presidente Campos Salles, é claro para todos aqueles que promovem e/ou influenciam a Educação em nosso país. E para nós, integrantes dos movimentos sociais, essa pauta também está clara?

Os valores da Economia Solidária – autogestão, cooperação, democracia, solidariedade, respeito à natureza e valorização e promoção da dignidade do trabalho humano – assim como os princípios que a fundamentam, devem ser vistos como pilares de um projeto de educação humanista



Paulo Freire,
em seu livro
"Pedagogia da
Esperança",
explica como o
processo educativo
é capaz de reverter
a realidade em
que vivemos:
"a fraqueza dos
oprimidos se
vai tornando
força capaz de
transformar
a força dos
opressores em
fraqueza"

PAULO FREIRE

A Educação precisa deixar de ser um território de disputa para se tornar um lugar de convergência, ao menos em princípios. Para tanto, há que se realizar audiências públicas, assembleias nas comunidades, abrir fóruns populares e outras ações que possibilitem a discussão de um projeto solidário para a Educação em nosso país. Só assim evitaremos que se eternize o modelo denunciado por Freire: "o homem novo, ao superar a contradição, através da transformação social, se torna um engodo, mais um opressor de novos oprimidos": atualmente, o

modelo glamourizado pelo discurso do empreendedorismo.

O desvelar da opressão se dá por meio da compreensão crítica, e deve ocorrer simultaneamente nas escolas (Educação formal) e nas comunidades e movimentos sociais (Educação não-formal). Assim, em abordagem dialógica, com altos níveis de participação e representatividade e tendo as escolas como centros de conhecimento e articulação social, seremos capazes de promover a educação do homem novo. Paulo Freire, em seu livro "Pedagogia da Esperança", explica como o processo educativo é capaz de reverter a realidade em que vivemos: "a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza".

Ou seja, só o processo educativo é capaz de romper o modelo de educação que forma para o sonho do sucesso individual, sem a conscientização necessária para o entendimento do pertencimento coletivo da vida em sociedade. A compreensão de que estamos em um mesmo planeta e que, como seres humanos, somos semelhantes que precisam ser solidários para continuar a existir, é condição necessária para a formação de indivíduos que atuem para a transformação do cenário atual, em prol da justiça social.

Precisamos, assim como Paulo Freire nos ensinou, nos mover com essa esperança, mas construindo-a no movimento, como propôs Paul Singer, rumo à utopia, a cada passo, no cotidiano.

VOZES
LIVRES

Saiba mais sobre Educação
Solidária ouvindo o EP 19
do Vozes Livres! Assista em



<https://bit.ly/2XY9942>



Alcielle dos Santos é doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP; mestre em Educação: Formação de Formadores, também pela PUC/SP. Pós-graduada em Aprendizagem Cooperativa e Tecnologia Educacional pela Universidade Católica de Brasília; Licenciada em Pedagogia; também possui graduação em Direito e em Administração de Empresas. Atualmente é Presidenta da Cooperativa de Professores Cipó Educação e atua como formadora e consultora educacional junto à rede pública, privada e terceiro setor.



APAEB VALENTE: UMA CAMINHADA DE LUTA E RESISTÊNCIA

Um trabalho de base, iniciado há 50 anos em Valente/BA, culmina na criação de uma associação de pequenos agricultores que se estende a diversos municípios do estado e, desde então, graças à organização comunitária, vem superando dificuldades, desafios e acumulando diversas conquistas. Em um texto dividido em três momentos históricos, conheça a história e trabalho da APAEB, contada por Ismael Ferreira de Oliveira

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM VALENTE

Por volta de 1971/1972 com a chegada de dois padres italianos à cidade de Valente/BA, começou um trabalho envolvendo as Comunidades Rurais, através das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base. Semanalmente havia reuniões nas comunidades, para ler a Bíblia, mas também para refletir a realidade da população, as dificuldades encontradas na produção, no crédito, na comercialização e na sobrevivência no campo. Eram oportunidades importantes de integração entre as pessoas e as comunidades.

Nesses encontros se fazia muitas reflexões sobre a realidade vivida pelos pequenos agricultores (não se usava na época o termo agricultores familiares). A principal

atividade econômica de Valente vinha do sisal, complementado pela agricultura de subsistência: milho, feijão, mandioca, além de uma pecuária de poucas cabeças bovinas. Uma pergunta constante era: por que os pequenos produtores e trabalhadores do sisal trabalhavam tanto e não ganhavam nem o suficiente para alimentar a família? Porque os preços do milho, do feijão e farinha eram tão baixos quando eles chegavam a colher, já que tinham problemas constantes de seca que comprometiam a produção e eram tão caros quando eles precisavam comprar? Porque os preços do sisal também eram tão baixos?

Essas inquietações foram crescendo e mais gente envolvida também queria respostas. Então, um grupo de pessoas que participava ativamente desses trabalhos

nas Comunidades, que chamávamos de “círculos bíblicos”, fez outro questionamento: por que não criar uma Associação ou Cooperativa para beneficiar a fibra de sisal e comercializar direto, visando a garantia de preços melhores para os produtores e trabalhadores?

Nessa época, 1977/1978, o Movimento de Organização Comunitária (MOC), com sede em Feira de Santana, fazia também essa discussão com os pequenos produtores de milho, feijão e mandioca. Começamos, então, a trabalhar a perspectiva da criação de uma organização a nível estadual, para atender aos diversos produtos dos pequenos agricultores.

Esse trabalho foi crescendo e envolvendo os municípios de Feira de Santana, Santa Bárbara, Serrinha, Araci, Ichú e Va-

lente. O MOC já contava com uma equipe técnica (sociólogo, técnico agrícola, teólogo, entre outros), que ajudava nessas reflexões. Foram muitas reuniões em cada município e em Feira de Santana, com representação de todos os municípios, para decidir sobre o assunto. Na época, as cooperativas tinham muito controle do Estado, os estatutos eram padronizados, e havia muita dependência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Não se poderia, por exemplo, criar uma cooperativa dos pequenos produtores, teria que ser mista. Tudo isso teve que ser levado em consideração.

Alguns agricultores conheciam uma grande cooperativa existente em Serrinha, onde os pequenos agricultores apenas eram usados para legitimar a existência da cooperativa, pois na época havia certas vantagens e incentivos ter, no quadro de cooperados, uma porcentagem de pequenos agricultores. Mas os agricultores envolvidos na discussão diziam sempre: “pinto e gavião” na mesma gaiola não dá certo, pois o pinto vai sair sempre perdendo.

Depois de meses de conversas, decidiu-se criar uma associação, passando a construir os estatutos sociais, tudo conversado e decidido nas diversas reuniões realizadas nos municípios com a participação dos pequenos agricultores e em Feira de Santana ou Serrinha, com representação de todos os municípios.

A FUNDAÇÃO DA APAEB

A APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do estado da Bahia foi fundada em Serrinha no dia 02 de julho de 1980, numa grande assembleia geral com representação de todos os municípios, inclusive do bispo da Diocese de Feira de Santana, que apoiou a iniciativa.

A APAEB nasceu com uma estrutura jurídica de matriz em Serrinha (APAEB Geral) e filiais nos diversos municípios. Tinha um Conselho de Administração Geral e uma Comissão de Organização que cuidava da gestão da instituição em cada município, dentro do estabelecido pelo Conselho Administrativo Geral. Foi contratado um gerente, para atender a todos os municípios. Dois anos depois da fundação, a APAEB já estava estruturada em Serrinha, Feira de Santana, Araci, Ichú e Valente.

No início, os objetivos principais visavam o fortalecimento da organização co-

**No início,
os objetivos
principais
visavam o
fortalecimento
da organização
comunitária,
as lutas por
políticas públicas
para garantir o
acesso à terra,
saúde, educação,
crédito e a
comercialização
da produção
dos agricultores
envolvidos**

munitária, as lutas por políticas públicas para garantir o acesso à terra, saúde, educação, crédito e a comercialização da produção dos agricultores envolvidos. Logo no começo, com apoio da cooperação internacional através do MOC, foi estruturada sede em alguns municípios e formado um pequeno volume de capital de giro que previa a compra do milho, feijão e farinha e seu armazenamento, esperando melhores preços para a venda, visando maior rendimento para os produtores e produtoras. Logo em seguida, foram implantados pequenos postos de vendas, as “bodegas comunitárias”, que serviam de ponto de encontro e de compra e venda entre agricultores, sobretudo produtos de primeira necessidade (ferramentas, açúcar, café, óleo, entre outros).

A APAEB começou a se desenvolver nos municípios, aumentando sua participação no mercado - mas também começaram a surgir os desafios. Os diretores não aceitaram inicialmente a ideia de contratar um gerente, achavam que eles mesmos podiam gerenciar tudo, mesmo esse gerente sendo um filho de pequeno agricultor e envolvido em todo processo de construção da entidade.

Mas o modelo jurídico implementado também se mostrou um problema: havia muita dependência dos municípios ao Conselho de Administração de Serrinha, tornando as decisões mais lentas. Por outro lado, os municípios eram bastante diferentes, pois as realidades eram muito distintas. Enquanto para Valente a prioridade era o sisal, para Feira de Santana era a mandioca, feijão e milho. Quando tinha um problema com um CNPJ, todos passavam a ter restrições, uma vez que o número era o mesmo, mudava apenas o controle da matriz e das filiais.

Essas divergências levaram à realização de uma consultoria, iniciada no final dos anos 80 e concluída no início dos anos 90, que orientava a criação de associações juridicamente independentes nos municípios, sem nenhuma dependência jurídica uma da outra, mas recomendando manter um processo de articulação entre elas, para manter algumas ações que diziam respeito a todos os municípios, a exemplo das mobilizações diversas reivindicando terra, crédito, seguridade social para os trabalhadores rurais, entre outras.

APAEB DE VALENTE

A APAEB Valente implantou sua primeira atividade econômica em novembro de 1981, com a inauguração do Posto de Vendas (uma pequena bodega comunitária). Em seguida, iniciou a discussão sobre o sisal, por se tratar da principal atividade econômica da cidade e de muitos outros municípios, além de promover debates sobre outras dificuldades, como as secas prolongadas. Apresentamos a seguir as atividades da APAEB Valente relacionadas ao sisal:

a) A Batedeira Comunitária de Sisal: implantada pela APAEB Valente para fazer o primeiro beneficiamento da fibra. Ela recebe a fibra depois de colhida no campo e, num processo de polimento, retira o pó, deixando as fibras mais macias. Depois, num processo totalmente artesanal, passa pela classificação, tirando as fibras de qualidade inferior, com sujeiras ou muito curtas. Assim, a fibra fica pronta para ser industrializada e transformada em fios, cordas, tapetes e carpetes.

A Batedeira Comunitária foi construída através da realização de diversos mutirões e apoio financeiro da cooperação internacional através da CEBEMO (instituição católica holandesa que financia projetos de missionários em países em desenvolvimento), que garantiu o material para

A Batedeira Comunitária começou a funcionar em 1984, visando comprar a fibra, beneficiar e comercializar diretamente, evitando o processo de intermediação e conseguindo agregar mais valor - algo chamado na época de um "milagre" no sisal

construir o galpão, alguns equipamentos artesanais para polir a fibra e tirar o pó, e uma prensa para fazer os fardos, além de um pequeno valor para capital de giro, totalizando cerca de US\$ 50 mil. Começou a funcionar em 1984, visando comprar a fibra, beneficiar e comercializar diretamente, evitando o processo de intermediação e conseguindo agregar mais valor - algo chamado na época de um "milagre" no sisal. Ao longo dos anos, os desafios para comercialização foram imensos, envolvendo o mercado e até mesmo políticos da região, mas aos poucos, um a um, foram sendo ultrapassados.

b) Fábrica de fios, cordas, tapetes e carpetes de sisal: depois de se firmar no beneficiamento e comercialização da fibra de sisal, vendendo nos mercados interno e externo, tendo chegado a beneficiar e comercializar até 5% de toda produção do estado da Bahia, maior produtor do país, APAEB Valente começa sonhar com a implantação de uma fábrica, e assim agregar valor ao material, gerando mais emprego e renda. Sabíamos que seria um desafio ainda maior, pois era um ambiente de negócios muito restrito. Mas com apoio da cooperação internacional e de um voluntário sueco, começamos a participar de





um evento anual sobre fibras duras, promovido pela FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, onde se incluía a fibra de sisal. Foi um lugar onde adquirimos muito conhecimento.

Decidimos então implantar um projeto que pudesse fabricar fios e cordas, mas também tapetes e carpetes, estimado em US\$ 5 milhões para construções e equipamentos. Após dois anos de muito trabalho, em 1994 começamos a construção da fábrica com apoio de US\$ 500 mil do Desenvolvimento Integral do Sudoeste do Paraná (DISOP), e o restante financiado pelo Banco do Nordeste. A fábrica foi inaugurada em março de 1996, chegando a ter 900 colaboradores em quatro turnos de 6 horas.

DIVERSIFICAÇÃO DAS AÇÕES

No início dos anos 90, começamos a perceber que seriam necessárias outras ações. Valente está no semiárido nordestino, castigado constantemente pelas longas estiagens. Assim, se fazia necessária a implementação de projetos estruturantes visando a convivência com a seca. Não podemos fazer chover, mas precisamos encontrar caminhos para conviver com as poucas chuvas. Implantamos então o DDC - Departamento de Desenvolvimento Comunitário, visando apoiar a produção com assistência técnica, capacitação e a diversificação da produção.

Resolvemos implantar uma Escola Família Agrícola, usando a pedagogia da alternância: os alunos ficam uma semana na escola e outra com a família, numa integração permanente entre Escola,

Família e a Comunidade. Essa Escola começou a funcionar em 1996 e durante 10 anos foi mantida pela APAEB Valente e pelos projetos econômicos / produtivos.

Nos anos 1990 pouco tínhamos de eletrificação rural; não existia ainda o Programa Luz para Todos. Então, com apoio de uma instituição da Holanda, a Fundação DOEN, implantamos um Fundo Rotativo que financiava uma placa solar para as famílias, suficiente para um rádio, uma TV, algumas lâmpadas e fazer cerca elétrica a menor custo. Chegamos a ter mais de 900 famílias beneficiadas com esse projeto.

Foi também em 1994 que começamos um projeto de incentivo à criação de caprinos e ovinos, visando a produção de carne e leite. Em 1999 implantamos um laticínio para receber o leite da cabra e produzir o leite pasteurizado, queijos, doces e iogurtes, garantindo um valor

Muitas conquistas foram obtidas nessa caminhada de mais de 40 anos da APAEB, mas existem também ainda muitos desafios pela frente. Mesmo o sisal sendo tão importante para nosso município e região, ele não tem recebido dos governos a atenção que merece

comercial para aquele produto, que além de muito nutritivo, se transformou num importante componente na renda familiar dos agricultores.

Para ajudar no processo de comunicação, ajudamos a criar em 1988 uma Rádio Comunitária e uma Fundação para garantir o funcionamento da rádio. Foram anos de luta visando a regulamentação, o que veio a acontecer muitos anos depois.

Com o posto de vendas, a bateadeira e a fábrica em funcionamento, resolvemos criar o Clube Social APAEB, para garantir um ambiente de esporte e lazer para os sócios, seus familiares e colaboradores. Muitas dessas pessoas não conheciam um clube antes. Esse mesmo espaço era usado para promoção de grandes eventos, trazendo artistas de renome nacional.

Também foram construídos dois importantes espaços de formação, informação, fomento à cultura e realização de mobilizações: a Casa da Cultura, com auditório para 300 pessoas, salas de computação, palco, tela para projeção de vídeos; e o CAIS – Centro de Aprendizagem e Intercâmbio de Saberes, na mesma área que funciona a Escola Família Agrícola, a 12 km da sede do município, com dormitórios para acomodar 104 pessoas, refeitório e auditório para a realização de eventos. Muitos cursos, treinamentos e encontros são realizados nesses espaços, suspensos nos últimos anos por conta da pandemia.

A REESTRUTURAÇÃO DA APAEB VALENTE

Em 2004 / 2005, a APAEB Valente começa enfrentar dificuldades financeiras, principalmente pela defasagem cambial, já que quase 90% das receitas vinham das exportações. Foi necessário um trabalho de reestruturação, visando vencer a crise e os desafios daquele momento. A APAEB precisava enxugar seus custos e reduzir sua equipe. Enquanto isso, foram também buscadas outras alternativas, mas todas elas levariam tempo.

Foram investidos esforços para aumentar a participação no mercado interno e reduzir as vendas no mercado internacional. Ao mesmo tempo, decidimos mudar a forma jurídica, criando unidades próprias, já que o modelo era de matriz e filiais, fazendo com que todas as unidades fossem afetadas pelas dificuldades da fábrica. A APAEB fazia tudo, adminis-

As unidades da APAEB Valente (APAEB Sisal, APAEB Laticínio e APAEB Posto de Vendas) tiveram, no mesmo período, um faturamento bruto de R\$ 75 milhões. Desse faturamento, R\$ 66 milhões foram colocados na economia local e regional com pagamento de salários, serviços e matérias primas (sisal e leite de cabra)

trava os projetos econômicos e as atividades educativas / sociais; resolvemos então o seguinte:

a) A APAEB Valente faria a separação das unidades, criando a APAEB Sisal, a APAEB Laticínio e APAEB Posto de Vendas. Cada unidade dessas ia se voltar para a gestão, focando a administração e o mercado;

b) As atividades educativas / sociais (EFA - Escola Família Agrícola, Casa da Cultura, CAIS – Centro de Aprendizagem e Intercâmbio de Saberes, Capacitação, assistência técnica, mobilizações e ações de políticas públicas, entre outras) passariam a ser geridas pela Fundação APAEB.

Esse processo levou alguns anos. As uni-

dades começaram a funcionar a partir de 2011, mas ainda com muitas dificuldades, que aos poucos vêm sendo superadas.

Ao contrário de muitas organizações sociais, que quase sempre dependiam exclusivamente da cooperação internacional ou convênios com os governos federal e estadual, a APAEB sempre teve preocupação com a sustentabilidade social, mas também financeira. Os projetos precisavam ter viabilidade econômica. Mesmo tendo algumas ajudas na estruturação e implantação do projeto, todo o processo de custeio já era assumido pelo próprio projeto, e até por volta de 2008, todas as atividades educativas / sociais foram assumidas pela APAEB. Só depois de 2008/2009 o Governo do Estado da Bahia sinalizou apoiar as Escolas Família Agrícola, e um pouco antes, o Governo Federal começou a fazer alguns convênios para assistência técnica através das organizações sociais.

Existe grande preocupação com a gestão eficiente e ágil, mas garantindo a participação permanente dos diretores, que são todos agricultores familiares. Estamos em um mercado globalizado e muitas vezes acontecimentos de fora nos afetam diretamente, daí a importância do conhecimento não só das realidades nacional e internacional, mas também dos produtores de sisal, dos industriais, dos concorrentes. A inovação e a diversificação da produção foram fatores importantes entre as alternativas adotadas para superar a crise enfrentada.

IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

O município de Valente, em 2020, teve um orçamento geral de R\$ 60,3 milhões, o que nem sempre é aplicado localmente, visto que muitos fornecedores de produtos e serviços são de fora. Ou seja: o dinheiro acaba saindo para circular em outras cidades.

Já as unidades da APAEB Valente (APAEB Sisal, APAEB Laticínio e APAEB Posto de Vendas) tiveram, no mesmo período, um faturamento bruto de R\$ 75 milhões. Desse faturamento, R\$ 66 milhões foram colocados na economia local e regional com pagamento de salários, serviços e matérias primas (sisal e leite de cabra). Esses valores fizeram a economia girar, gerando muitos outros em-



pregos diretos e indiretos, fazendo assim com que a roda da Economia Solidária de fato gire no município.

Nesse mesmo ano, a APAEB Valente, com todas as unidades, gerou 374 empregos diretos. Além disso, 858 famílias no campo forneceram a produção, totalizando diretamente 1232 postos de trabalho. Sabemos que no campo muitas outras pessoas se envolvem no processo de produção e colheita. A Bahia responde hoje por 97% da produção nacional de sisal e gera mais de 400 mil postos de trabalho. O Brasil responde por mais de 50% da produção mundial.

O sisal é produzido atualmente em 9 Territórios de Cidadania, com 67 municípios, sendo que em aproximadamente 40 desses, o sisal ainda é a principal atividade econômica. Em Valente e muitos outros municípios, onde chove pouco e de forma irregular, o sisal e a pequena pecuária são as duas opções para geração de renda da população, principalmente devido à sua resistência às constantes secas.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Muitas conquistas foram obtidas nessa caminhada de mais de 40 anos da APAEB, mas existem também ainda muitos desafios pela frente. Mesmo o sisal sendo tão importante para nosso município e região, ele não tem recebido dos governos a atenção que merece.

Aproveitamos apenas 4% do sisal, que é a fibra. Todo restante vem sendo jogado fora e não se tem ainda pesquisas e tecnologias que permitam a utilização desses 96% desperdiçados (líquido, resíduo e bucha de campo). O equipamento usado na colheita, conhecido como “parai-bana” é o mesmo desde o início do uso do sisal enquanto atividade econômica, por volta de 1930, sem nenhuma melhoria tecnológica, que além de ser um trabalho pesado tem muitos riscos de acidentes.

Também não temos pesquisas que permitam novos usos da fibra, garantindo maior mercado e preços mais estáveis. Em muitas oportunidades de maior produção, os preços caem de forma assustadora, pela concorrência com o sintético e outros fatores, não compensando fazer a colheita. Então os produtores são obrigados a “matar” os campos, buscando alternativas no plantio de capim e criação de bovinos, que também não conseguem bons resultados devido às longas estiagens que castigam a região.

Estamos agora em negociação com o governo do estado da Bahia, visando a implantação de algumas usinas de desfibramento, permitindo assim o uso do resíduo (mucilagem) na produção de ração, visto que já existem pesquisas confirmando essa possibilidade. Porém, é algo que depende de tecnologia no desfibramento, que já existe após o desenvolvimento de uma máquina para desfibrar, sem nenhum risco de acidentes. Esperamos também poder usar o líquido na produção de bioinseticidas e biofertilizantes, conforme pesquisas em andamento na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que apontam para essas possibilidades.

Além disso, se faz necessário um processo contínuo de melhorias no processo produtivo e de gestão, com melhorias tecnológicas e capacitação dos colaboradores, que permitam que a APAEB continue avançando, trazendo mais emprego e renda para Valente e toda região sisaleira.



Ismael Ferreira de Oliveira é filho de pequenos agricultores, viveu no campo até os 17 anos e trabalhou no sisal como toda criança e adolescente da época. Um dos fundadores da APAEB, administrador e atualmente consultor



MÃO NA MASSA

STEIN HAUS: A CERVEJA ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA DA COOPERNATURAL

Quando Ricardo Fritsch e outros dez agricultores começaram a vender seus alimentos em uma tenda à beira da BR-116, há 20 anos, eles provavelmente não imaginavam que estavam diante do início daquela que se tornaria uma das marcas mais conhecidas de orgânicos no país: a Coopernatural. E no meio disso tudo nasceu outra experiência única, a cerveja Stein Haus. Conversamos com Ricardo para entender melhor a história da Coopernatural e como a Stein Haus surgiu, tornando-se o que é hoje

Ao estudarmos Economia Solidária, aprende-se que ela possui - pelo menos - seis princípios básicos: autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. Unidos, elas criam as condições para que a Ecosol cumpra seu objetivo, que é organizar a produção, o consumo e a distribuição de riqueza focando na valorização do ser humano, e não do capital.

Mas existe um outro fator importante nesse processo, no entanto, igualmente essencial para qualquer Empreendimento Econômico Solidário que queira ter sucesso e longevidade: a organização. Sem ela, o empreendimento pode se perder em si mesmo e não conseguirá autossustentar nem a si, nem sua própria rede.

Quando há essa organização, porém, o EES consegue sobreviver às dificuldades iniciais, cresce e pode até se tornar, anos depois, em uma referência em seu segmento - como é o caso da Coopernatural, localizada no pequeno município de Picada Café/RS. Ela nasceu a partir da iniciativa de 11 agricultores da região, entre eles Ricardo Fritsch, com quem a Alternativas Solidárias conversou.

"A Coopernatural surge em 2001, ainda como associação, por conta de duas demandas que existiam entre nós: ter uma produção agroecológica limpa e saudável, e comercializar o excedente das produções em um espaço, à beira da BR-116, todos os finais de semana e feriados. Na época, tinha bastante produtos in natura, frutas, legumes e folhosos. Éramos, na época, em sua maioria, agricultores integrados, que ou produziam frango para engorda, ou produziam leite para uma empresa que fornecia ração para animais, ou ainda faziam reflorestamento de Acácia", explica.

Era um trabalho difícil, pois de acordo com Ricardo as integradoras prejudicavam demais o trabalho dos agricultores, porque tanto o frango quanto o leite já eram uma commodity nessa época, o que acarretava em muita desvalorização do trabalho. Além disso, ainda segundo ele, os agrotóxicos já estavam muito presentes na agricultura e prejudicavam bastante a qualidade do alimento.

OS PRIMEIROS ANOS

Entre 2001 e 2004, o grupo atuava na forma de associação, com o nome Associação Vida Natural. Isso pois apenas

"A Coopernatural surge em 2001, ainda como associação, por conta de duas demandas que existiam entre nós: ter uma produção agroecológica limpa e saudável, e comercializar o excedente das produções em um espaço, à beira da BR-116, todos os finais de semana e feriados. Na época, tinha bastante produtos in natura, frutas, legumes e folhosos"

nesse ano foi possível reunir os 20 integrantes necessários para fundar uma cooperativa, que foi constituída em 21 de setembro com o nome Cooperativa Agropecuária de Produção e Comercialização Vida Natural, criada sob um modelo de gestão e produção definido após muitas visitas a outros agricultores agroecológicos, especialmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

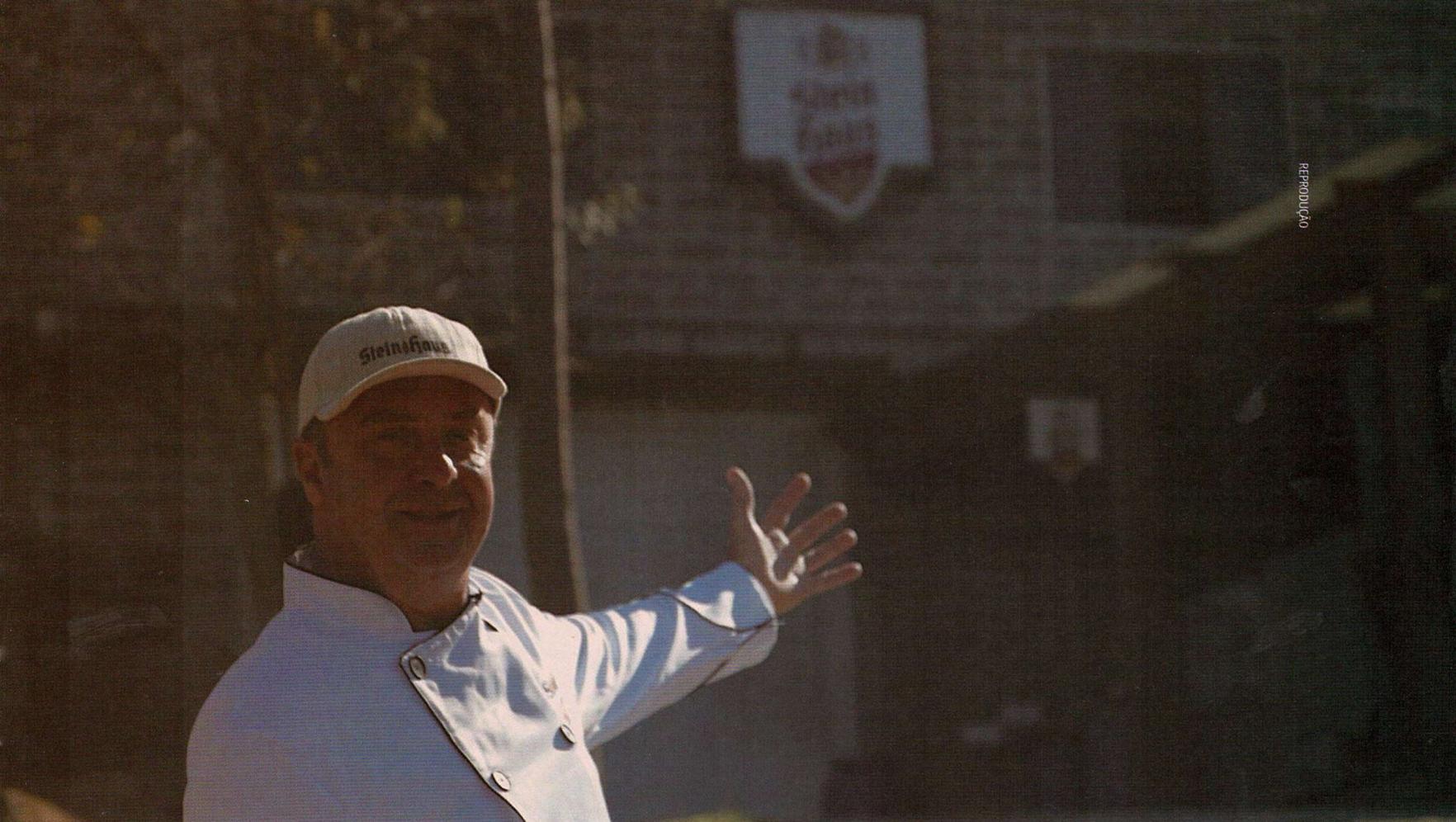
"No início foi difícil pros agricultores, pois nem todos enxergavam todo o processo. Quando se trabalha com integradoras, só se enxerga parte dele. Alguns tinham dúvidas sobre se conseguiriam sustentar suas famílias e os seus negócios. Por isso foi importante visitar outros grupos, pois foi o que nos permitiu ter a confiança de que realmente era possível", afirma.

A essa altura, segundo Ricardo, a tenda já não absorvia mais toda a produção dos agricultores, então foi necessário ter "criatividade" para escoar os produtos. "Nós tínhamos, por exemplo, uma lista de agricultores que promoviam eventos temáticos sobre agroecologia. Naquela época, falar de aproveitamento de folhas de cenoura ou beterraba não era tão comum assim, né? Aí eles convidavam os nossos agricultores para apresentar seus produtos", diz. Além disso, a Coopernatural começava a se fazer presente em feiras agroecológicas, onde exibia não apenas seus produtos in natura como alguns agroindustrializados, que já eram produzidos desde 2003.

"A ideia de agroindustrializar foi uma forma de aproveitar melhor os produtos. Porque se nós levássemos a uva para a tenda e não vendesse em dois dias, por exemplo, no terceiro ela virava geleia, e assim a gente não perdia nada. Comprávamos os vidros e tampas coletivamente e assim passamos a ter outros produtos à disposição, fomos diversificando", lembra.

Foi como Coopernatural que o grupo conseguiu seu primeiro cliente fora do estado, uma empresa de orgânicos de Campinas/SP, e também participou de sua primeira feira fora do estado, um evento de Economia Solidária em São Paulo/SP, no Ibirapuera, já em 2005.

"Foi um ótimo evento para nós, pois havia muita representatividade quilombola, bastante de grupos de mulheres, artesanato, mas muito pouco de agroindústria. Além disso, nos destacamos pe-



los nossos preços, pois fomos para a feira com a mentalidade de praticar um valor justo nas mercadorias. Vendemos todos os itens que levamos”, lembra.

Ricardo explica que essa mentalidade vinha da vivência acumulada em eventos como o Fórum Social Mundial e a feira de Santa Maria/RS, da Irmã Dulce, que era realizada em um espaço que não era cobrado. “Então ela sempre dizia: ‘praticuem apenas um pequeno lucro para o combustível, mas deixem os produtos num valor justo para o pessoal conhecer’. Ela insistia muito nisso”, afirma.

A PARCERIA COM O SEBRAE

Havia algo, porém, que precisava ser melhorado: a apresentação dos produtos, que não era tão “profissional”, segundo Ricardo: os rótulos eram impressos na impressora, com data de validade escrita à caneta. Era necessário aperfeiçoar.

“Com o tempo, fomos encontrando os pontos onde era importante investir o nosso tempo e dinheiro para evoluir. Foi quando iniciamos uma parceria com o Sebrae, na forma de consultoria. Fizemos um planejamento estratégico, e tivemos a assessoria de um engenheiro de alimentos, um uruguaio chamado Álvaro Lopes. Ele nos ajudou muito a crescer em vários aspectos, desde a padronização até a própria produção. Isso aconteceu em um bom momento, pois em 2006 a nossa comercialização de agroindústria-

lizados já tinha tomado uma dimensão tal que a tenda já tinha cumprido sua função”, explica.

Foram várias as ações da consultoria, mas Ricardo destacou algumas. Uma das mais importantes foi a transformação das cozinhas onde as geleias eram feitas em mini agroindústrias. “Quando o consultor veio aqui, constatou que não tinha dinheiro para uma fábrica. Então

essa foi a solução que ele encontrou. Nós concordamos, e assim foi feito. Somente em 2010 nossa fábrica de geleias ficou pronta”, diz.

Outro ponto foi a contratação de empresas para padronizar os rótulos e construir um site. Medidas que ajudaram a melhorar a qualidade não apenas dos produtos, mas agregar valor aos mesmos.

A consultoria do Sebrae foi uma virada

“Em 2012 ou 2013, com a ascensão da cerveja artesanal no Brasil, resolvemos estudar a possibilidade. Nós já estávamos trabalhando com alguns grãos, e fomos verificar se havia alguém no Brasil que produzia cevada agroecológica. Encontramos um, mas ele produzia para o trato animal, não para comercializar. Precisamos conversar com ele, e em 2014 fizemos uma proposta para ele plantar cevada. Ele concordou”



pecuária', ou algo do tipo. E durante o curso, visitei umas cinco cervejarias. Mas era algo ainda muito distante para nós no Brasil, tanto é que naquela época o processo de produção da cerveja era diferente de hoje", lembra.

"Mas o tempo passou, e em 2012 ou 2013, com a ascensão da cerveja artesanal no Brasil, resolvemos estudar a possibilidade. Nós já estávamos trabalhando com alguns grãos, e fomos verificar se havia alguém no Brasil que produzia cevada agroecológica. Encontramos um, mas ele produzia para o trato animal, não para comercializar. Precisamos conversar com ele, e em 2014 fizemos uma proposta para ele plantar cevada. Ele concordou", afirma Ricardo.

A cevada foi colhida apenas em 2015, mas ainda faltava uma etapa: a malteação. Somente depois de muita pesquisa, Ricardo encontrou alguém que fizesse o processo: um professor chamado Rodolfo Heitor Vargas Rebelo, que possuía uma malteria em Blumenau/SC. "Conhecemos ele em um curso, e depois de conversarmos ele se dispôs a maltear um pouco de cevada para nós. A partir daí, tudo andou: em maio a nossa cevada foi malteada, fizemos os testes e três meses depois nós já tínhamos o

na história da Coopernatural. "Conforme fomos evoluindo, passamos a fazer parte de feiras inclusive no exterior, em países da Europa, da África, no Peru... em vários outros lugares. Fomos um pouco mais longe", afirma Ricardo, rindo.

Questionamos a que ele atribui o crescimento e sucesso da cooperativa. A resposta foi simples, mas esclarecedora.

"Nós sempre fomos organizados, e rápidos, acho que isso nos ajudou. A cada cinco, seis horas, respondíamos todos os e-mails. E isso muitas vezes significou credibilidade, eficiência e confiança junto aos clientes, parceiros. Certos órgãos percebiam isso e apostavam na gente. Conseguimos presença em muitas feiras e eventos sendo subsidiados, por exemplo. Te diria isso", diz.

A STEIN HAUS

E como a cerveja entrou no caminho da Coopernatural?

"Eu estudei na Alemanha em 1989 e 1990, e fiz um curso que aqui no Brasil se interpretaria como "Técnico em Agro-

Então, em novembro de 2015, a Coopernatural lançou a cerveja Stein Haus Doppel Weizenbier, primeira orgânica e sustentável produzida no país. "Stein Haus", em alemão, significa "Casa de Pedra". É um nome que faz alusão ao local onde ela é produzida, um prédio construído com pedra basalto

registro junto do Ministério da Agricultura para a produção de cerveja”, recorda.

Foi graças à organização que, novamente, um desafio para a cooperativa que poderia ser muito complexo acabou não sendo. “O MAPA fez a auditoria na nossa unidade em agosto, antes de iniciarmos a produção. Desde o início empoderamos o fiscal de informações, para evitarmos ao máximo qualquer contestação. E assim aconteceu”, afirma.

Da mesma forma, ocorreu a certificação da cerveja como orgânica. “Deixamos as autoridades cientes de todas as etapas, com todas as documentações em dia e bem explicadas. Já tínhamos um bom relacionamento com a Rede Acolhida no estado, e também com o Núcleo Serra. Além disso, os produtores da cevada já eram certificados e bem conhecidos na região e no meio da agroecologia, isso facilitou. O último passo foi certificar a malteação, mas levamos um fiscal até Blumenau para fazer essa auditoria, analisar o processo e conhecer o espaço, para garantir que tudo estaria dentro dos parâmetros da produção orgânica. Ele foi aprovado e assinou um termo de compromisso e, até hoje, todo o processo dentro da malteria é gravado, exceto as etapas onde existe algum segredo industrial - mas mesmo essas partes foram auditadas”, explica.

Então, em novembro de 2015, a Cooperatural lançou a cerveja Stein Haus Doppel Weizenbier, primeira orgânica e sustentável produzida no país. “Stein Haus”, em alemão, significa “Casa de Pedra”. É um nome que faz alusão ao local onde ela é produzida, um prédio construído com pedra basalto. “Construímos com esse material não por causa da cerveja, mas do vinho, que produzimos lá também, e para o vinho é conveniente a temperatura interna do local seja mantida”, afirma. Segundo Ricardo, algumas pedras na construção pesam mais de 100 quilos, e todas foram retiradas ali, do entorno das plantações. “Os construtores foram verdadeiros artesãos. Eles removeram as pedras da roça e as esculpam manualmente até ficar razoavelmente retangular. Além disso, elas são apenas rejuntadas, não há massa entre elas, pois o próprio peso da pedra é o que sustenta a construção”, detalha.

Hoje, a carta de cervejas da Stein Haus tem 21 variedades. “É preciso de vários maltes especiais para isso. Com o tempo a

Atualmente, a Stein Haus conta com a produção de grãos (cevada, trigo, centeio e aveia) em Santo Antônio do Palma/RS, e segue com a malteação em Blumenau, sempre no início de janeiro. As vendas ocorrem para todo o Brasil, mas segundo Ricardo cerca de 70% se concentra na região Sudeste e no Distrito Federal

malteria de Blumenau foi se desenvolvendo e hoje ela produz cerca de oito maltes especiais. Assim fomos incrementando nossa carta de cervejas. Além disso, temos nosso grupo o Tiago Genehr, que já foi cervejeiro de uma pequena marca conceituada de cerveja. Ele saiu dela quando a empresa foi vendida e hoje está conosco, construindo receitas. Ele simpatiza muito com nossa causa”, conta.

Atualmente, a Stein Haus conta com a

produção de grãos (cevada, trigo, centeio e aveia) em Santo Antônio do Palma/RS, e segue com a malteação em Blumenau, sempre no início de janeiro. As vendas ocorrem para todo o Brasil, mas segundo Ricardo cerca de 70% se concentra na região Sudeste e no Distrito Federal.

OS DESAFIOS DA PANDEMIA

Ricardo conta que os agricultores se preocuparam com a pandemia do corona-





vírus, no seu início, pois temiam que as vendas parassem. Por isso, procurou amigos agricultores que manteve, da época em que estudou na Alemanha, para saber como eles haviam passado pelos momentos de crise, meses antes. E se aliviou.

“Eles me disseram para não me preocupar, pois muitos alemães passaram a cozinhar de casa, e a demanda por alimentos havia aumentado por lá. Então acreditavam que aqui não seria diferente. Eu tive um cenário muito antecipado de como tudo foi, então peguei essa cartilha e coloquei debaixo do braço. Nos preparamos para ter alimento para mais pessoas, e não menos, e deu certo, pois crescemos mais de um dígito desde o início de tudo”, afirma.

O único produto afetado, diz ele, foi um que estava em estudo: o chope artesanal, que chegou a ser apresentado em algumas feiras regionais, mas foi inviabilizado pela pandemia.

A COMUNIDADE E A NATUREZA

Picada Café fica na encosta da Serra Gaúcha, a 90 km de Porto Alegre. Possui cerca de 5500 habitantes, mas quando a cooperativa começou tinha cerca de 2400, segundo Ricardo. É muito conhecida pelas indústrias de couro e calçadista, tendo mais população durante a semana que nos finais de semana.

“Por causa disso, a Coopenatural acaba ainda não sendo conhecida por todos os habitantes aqui, mas realizamos nossas ações com a comunidade. Realizamos palestras, e campanhas nas escolas, como uma de reciclagem que foi promovida durante alguns anos. Também já fomos fornecedores de alimentos para a meren-

da escolar da rede municipal, e temos um espaço no Parque Municipal Jorge Kuhn onde comercializamos nossos produtos. Além disso, dentre a parte da população que nos conhece, contamos com grande apoio e adeptos, sem falar no apoio de todas as legislações do município”, detalha.

Os aprendizados foram muitos desde o início da Coopenatural. Segundo Ricardo, o futuro se mostra muito promissor para os 75 cooperados e agricultores parceiros. E o que fica, de tudo que já viveram, é a forma como todos passaram a se relacionar com a natureza:

“O agricultor agroecológico aprendeu a se comunicar com a natureza. Isso é muito importante, ele conseguir se comunicar e saber interagir com e a favor da própria natureza, e saber responder àquilo que ela tenta lhe dizer para conseguir produzir. Alguns têm esse conhe-

“O agricultor agroecológico aprendeu a se comunicar com a natureza. Isso é muito importante, ele conseguir se comunicar e saber interagir com e a favor da própria natureza, e saber responder àquilo que ela tenta lhe dizer para conseguir produzir”

cimento acumulado de outras gerações, outros adquirem com os ensinamentos dos próprios cursos que participamos. São essenciais para que façamos bem nosso trabalho”, finaliza.

VOZES LIVRES

No nosso EP 26 acompanhe um papo sobre circuitos solidários de cerveja, com a Cervejaria Nosotros!

Na sua plataforma de podcast favorita!



Daniel Keppler é jornalista (MTB 0087305/SP); trabalhou na versão digital do jornal A Tribuna; gestor de redes sociais e cooperado do Livres Baixada Santista



TECNOLOGIA SOCIAL, SANEAMENTO ECOLÓGICO E AS PRÁTICAS DO COLETIVO SAPIÊNCIA AMBIENTAL

Dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS) de 2020 revelam que, no Brasil, quase 100 milhões de pessoas não têm acesso a uma rede de esgoto. Além disso, quase 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada. São números que mostram a importância do trabalho da Sapiência Ambiental, projeto que há seis anos utiliza da tecnologia social e do saneamento ecológico para levar esses direitos básicos às vidas de comunidades inteiras. Conheça mais sobre eles, através do depoimento de Rafael Martese Privato

A Sapiência Ambiental surgiu em 2015, a partir da reunião de um grupo de engenheiros, gestores ambientais e permacultores recém graduados. Desde então, o que nos movia era a possibilidade de consolidar um modelo de negócio capaz de gerar uma remuneração digna para seus membros e, ao mesmo tempo, ter sua atuação calcada nos princípios da Permacultura (cuidar das pessoas, cuidar da terra e partilha justa das riquezas) e da Engenharia Popular (criação de tecnologias sociais e participação social). Nossos membros possuem experiência com projetos de Agricultura Urbana, Permacultura, Saneamento Ecológico e Agroecologia.

Durante a graduação e pós, atuamos de forma voluntária, em projetos de extensão Universitária do Núcleo de Tecnologias Sociais e Agroecologia (Agroeco) do Escritório Piloto da Escola Politécnica da USP, e também do Núcleo São Paulo dos Engenheiros Sem Fronteiras.

Enquanto membros do Agroeco, colaboramos com o desenvolvimento de tecnologias sociais de saneamento rural, tendo atuado em parceria com o assentamento Dom Pedro Casaldáliga, localizado em Cajamar e vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como membros dos Engenheiros Sem Fronteiras, participamos ativamente da frente Permacultura em Movimento, em especial nos projetos: Bioconstrução (em parceria com a EMEF Desembargador Amorim Lima), Cidade Agroecológica (junto à Regional Grande SP do MST) e Permacultura na Ocupação (em parceria com movimentos de moradia vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida Entidades).

ESCRITÓRIO COOPERATIVO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

Em conjunto, definimos a Sapiência Ambiental como um escritório cooperativo de projetos socioambientais. Isso significa que somos uma organização que não tem como objetivo a distribuição de lucro, mas, sim, a geração de renda para seus membros, viabilizando a dedicação integral de nosso tempo à realização de projetos e ações com alta relevância para a sociedade. Temos como pilares a engenharia popular, a educação e os princípios da permacultura, e somos formados por 3 membros: André Kenéz, Vitor Chaves e Rafael Martese.

Ressaltamos que o trabalho da Sapiên-

“Em conjunto, definimos a Sapiência Ambiental como um escritório cooperativo de projetos socioambientais, que se dedica a realizar projetos e ações com alta relevância para a sociedade”

cia Ambiental, diferentemente da grande maioria das iniciativas encontradas no mercado, não possui como diretriz a obtenção do lucro máximo.

Porém há, certamente, um enfoque de gerar renda para seus membros e para a manutenção e expansão de nossa estrutura. Esta característica é importante de ser observada, pois, se por um lado há empresas que pouco se importam com as consequências socioambientais resultantes de suas ações, há, por outro, uma visão romântica por grande parte da sociedade de que os projetos sociais devam ser feitos apenas a partir de trabalho voluntário e benevolência. Hoje em dia, frente à atual conjuntura política, observamos inclusive um movimento de criminalização do terceiro setor, no qual diversas Organizações da Sociedade Civil vêm sendo taxadas como oportunistas e acusadas de utilizar sua atuação apenas em benefício próprio.

A experiência mostrou-nos, entretanto, que a não profissionalização dos membros resulta em alta rotatividade de recursos humanos e/ou precarização do trabalho, o que acaba por diminuir a qualidade, longevidade e complexidade dos projetos.

O PROJETO CUIDANDO DAS ÁGUAS

Atualmente, a maior parte do tempo de trabalho dos membros da Sapiência Ambiental é dedicada ao projeto Cuidando Das Águas. Trata-se de um projeto socioambiental de acesso à água e sistemas de tratamento de esgoto ecológico em regiões em que há negligência do Estado. Desde agosto de 2019, no extremo sul da cidade de São Paulo, principalmente nos distritos do Grajaú, Parelheiros e Marsilac, construímos 21 sistemas de tratamento de esgoto ecológico nas propriedades de agricultores(as) familiares e aldeias da etnia Guarani no extremo sul da cidade de São Paulo, em parceria com agricultores orgânicos e membros da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo - Cooperapas, Centro de Trabalhos Indigenistas, PWTECH, AMIB - Associação de moradores da Ilha do Bororé, Navegando nas Artes, Imargem, Associação Comunitária Pequeno Príncipe e as ONG ProBrasil e OIA O Instituto Ambiental.

METODOLOGIA DE TRABALHO

A primeira etapa do trabalho é realizada através de visitas técnico-pedagógicas em

conjunto com lideranças territoriais. As visitas têm como objetivo tanto identificar a situação sanitária das famílias, como sensibilizá-las sobre a importância do saneamento. Nas visitas também é realizado um primeiro levantamento a respeito das condições do terreno, altura do lençol freático, tipo de solo, proximidade de corpos d'água, níveis, localização do sistema, dentre outras características técnicas necessárias para o projeto.

A seguir, é iniciado o planejamento e execução das obras junto aos moradores, onde o passo a passo construtivo e os detalhes serão partilhados para que o conhecimento construtivo seja replicado entre os moradores no próprio território.

O DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES E O APRENDIZADO PESSOAL

A partir de soluções baseadas na natureza para saneamento, que são tecnologias inspiradas na natureza e cientificamente

“O Cuidando das Águas é um projeto socioambiental de acesso à água e sistemas de tratamento de esgoto ecológico em regiões em que há negligência do Estado”

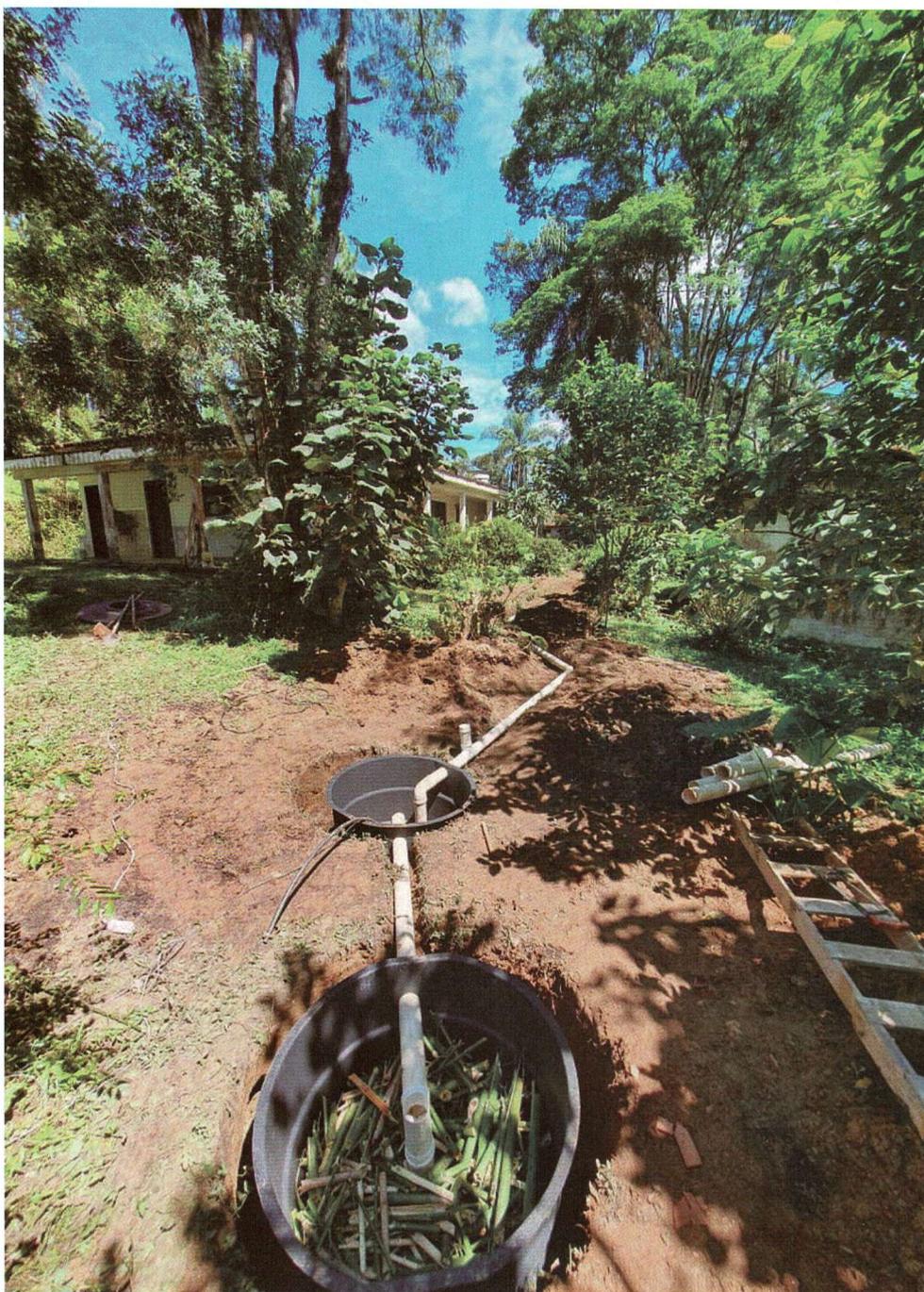
projetadas, a construção de cada tecnologia é feita co-participativamente com a comunidade, visando integrá-los ao processo de planejamento e tomada de decisões.

Com o envolvimento popular aliado ao apoio técnico da equipe, as tecnologias não são impostas, mas dialogadas em conjunto com a comunidade e adaptadas a cada situação e território. Graças a esse processo participativo, os moradores locais se apropriam dos métodos construtivos para replicarem este tipo de solução de saneamento descentralizado, e, além disso, podem gerar renda e economizar no investimento em fertilizantes, pois os próprios sistemas de tratamento geram biofertilizantes.

Os sistemas são pensados para terem uma fácil manutenção, de forma que os próprios moradores possam realizá-la. Com isso, tem-se a disseminação de uma tecnologia simples e eficaz, baseada no conhecimento científico e na troca de sa-



Graças a esse processo participativo, os moradores locais se apropriam dos métodos construtivos para replicarem este tipo de solução de saneamento descentralizado, e, além disso, podem gerar renda e economizar no investimento em fertilizantes, pois os próprios sistemas de tratamento geram biofertilizantes



beres da própria comunidade, dando-se substrato a este importante processo de inovação social.

Mas para além desse ponto profissional, os trabalhos multidisciplinares, o exercício da escuta e compreender pontos de vistas e percepções distintas, tem nos ajudado muito no crescimento individual de cada um dos membros.

É um grande desafio construir uma nova forma de trabalho, de criar laços afetivos e intercalar entre dias de escritó-

rio escrevendo editais, organizando reuniões, fazendo projetos e estar em campo, construindo sistemas ecológicos de tratamento de esgoto, conhecendo pessoas, histórias, aprendendo muito com quem conhece a terra e seus ciclos, tem sido muito saudável e retroalimenta nossa vontade de seguir nesse caminho. Ainda mais vivendo em um período do tempo em que o capitalismo predatório, imediatismo e as estruturas hierárquicas são pilares de uma empresa de "sucesso".



Rafael Martese Privato é formado em Administração com ênfase em Comércio exterior e gestão ambiental, há 5 anos atuando em projetos de agroecologia. Hoje atual responsável pelo departamento financeiro, captação de recursos e comunicação da Sapiência Ambiental

CLASSIFICADOS SOLIDÁRIOS

Fortaleça circuitos sem exploração!



Cooperar com o produtor rural para **crescermos juntos!**

 **CRESOL**
www.cresolcentral.coop.br | Ouvidoria: 0800 642 4800



HEX VON WEIN

O VINHO DA BRUXA

CONHEÇA A MAGIA QUE VEM DA NATUREZA

VINHO ORGÂNICO ARTESANAL



@VINHODABRUXA
WWW.VINHOORGANICO.COM.BR



CONEXÃO SOLIDÁRIA a caatinga é rica em sabores **VENHA DESCOBRIR**

a caatinga é rica em sabores

Geleia de Maracujá, Doce de Goiaba, Doce de Maracujá e Banana

GRAVETERO

UMBU COMPOSTO DE ORGÂNICO

PESO DRENADO 310g PESO LÍQUIDO 580g

DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A SUA CASA

 **GRAVETERO** COOPERC - BRASIL

CONEXÃO SOLIDÁRIA
11 9-8692-0713



COLETIVO CATARSE

Uma cooperativa que tem, na sua essência, trabalhos cooperativos, produções audiovisuais, produção cultural, ponto de cultura.

Conheça!
coletivocatarse.com.br

Inscreva-se!
youtube.com/coletivocatarse

Porto Alegre/RS



PODCAST



VOZES 
LIVRES

Seu canal de conhecimento sobre Agroecologia e Economia Solidária

**Novos episódios
toda sexta-feira às 18h**

**DISPONÍVEL EM TODAS
AS PLATAFORMAS DE
PODCAST**